

Proc. Administrativo 2.488/2025

De: Maria C. - SEMAD-SP

Para: SEMAD-SP - Setor de Planejamento

Data: 14/03/2025 às 16:51:14

Setores envolvidos:

SEMAD-SP, SEMFIP-DPG

REQUISIÇÃO Nº 35/2025 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA A SECRETARIA DAS FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

OBJETO DE CONTRATAÇÃO: Contratação de empresa especializada para consultoria à Secretaria das Finanças e Planejamento do Município de Ubiratã, visando aprimoramento da gestão tributária e financeira, otimização da arrecadação e suporte técnico-administrativo.

VALOR: R\$ 98.400,00 (noventa e oito mil e quatrocentos reais).

—
Att.

Maria Eduarda Pio da Costa Maeda

Assessora de Planejamento

Anexos:

A_ESTUDO_TECNICO_PRELIMINAR.pdf

B_TERMOS_DE_REFERENCIA.docx

B_TERMOS_DE_REFERENCIA.pdf

C_DECLARACAO_DO_ORDENADOR_DE_DESPESAS.pdf

D_JUSTIFICATIVA_PARA_CONTRATACAO_DIRETA_POR_INEXIGIBILIDADE.pdf

E_JUSTIFICATIVA_RAZAO_DA_ESCOLHA_DO_FORNECEDOR_E_JUSTIFICATIVA_DO_PRECO_.pdf

F_PROPOSTA_E_NOTAS_FISCAIS.pdf

G_DOCUMENTOS_DE_HABILITACAO.pdf

Estudo Técnico Preliminar 44/2025

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

A administração tributária municipal é um dos pilares fundamentais para a sustentabilidade financeira de um município. No entanto, Ubiratã enfrenta desafios expressivos na gestão de seus tributos, que impactam diretamente sua capacidade de arrecadação e a prestação de serviços públicos de qualidade. A defasagem na legislação local, os processos administrativos pouco padronizados e a falta de ferramentas eficientes para fiscalização resultam em perdas financeiras e aumento do passivo tributário.

Atualmente, o município enfrenta dificuldades para atualizar suas normativas fiscais de acordo com as diretrizes estaduais e federais, além de enfrentar entraves na implementação de mecanismos de controle e arrecadação de tributos como ISSQN, IPTU, ITBI e ITR. A falta de treinamento adequado dos servidores municipais também compromete a aplicação eficiente da legislação e a adoção de boas práticas de gestão tributária. Esses fatores resultam não apenas em uma arrecadação abaixo do potencial, mas também em uma maior vulnerabilidade a questionamentos administrativos e sanções dos órgãos de controle.

O índice PROGOV, que mede a qualidade da governança municipal, indica que Ubiratã apresenta um desempenho abaixo do ideal, com nota de 2,59 em uma escala de 10. Esse indicador reflete a necessidade urgente de aprimoramento da gestão fiscal, por meio da implantação de normativas claras, maior transparência e organização eficiente dos processos administrativos.

Neste contexto, a contratação de uma consultoria tributária especializada surge como uma solução estratégica para reverter esse cenário, promovendo um ambiente de maior segurança jurídica, otimizando a arrecadação e garantindo o cumprimento das exigências dos Tribunais de Contas e demais órgãos reguladores.



3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria das Finanças e Planejamento	Rita Soares Neta Figueiredo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos Gerais da Contratação

4.1.1. A empresa contratada deve ser especializada em consultoria tributária e financeira, com experiência comprovada na área pública municipal.

4.1.2. O objeto da contratação deve abranger consultoria, assessoria e suporte técnico para aprimoramento da arrecadação tributária, conformidade legal e capacitação dos servidores.

4.2.3. A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma híbrida, com suporte remoto contínuo e atendimentos presenciais programados.

4.1.4. A contratação será realizada pelo período inicial de **12 meses**, podendo ser renovada conforme a legislação vigente.

4.1.5. O suporte técnico aos servidores municipais deve estar disponível **de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30**, acompanhando o horário de funcionamento da prefeitura.

4.2. Obrigações da Contratada

4.2.1. Disponibilizar equipe técnica qualificada, composta por especialistas em direito tributário, contabilidade pública e administração financeira.

4.2.2. Prestar suporte técnico contínuo aos servidores municipais, garantindo resposta a dúvidas e acompanhamento das demandas da Secretaria de Finanças e Planejamento.

4.2.3. Elaborar diagnósticos detalhados sobre a arrecadação municipal, apontando possíveis falhas, oportunidades de recuperação de créditos e melhorias nos processos de fiscalização.

4.2.4. Apresentar estratégias e soluções para aprimorar a arrecadação sem aumento da carga tributária.

4.2.5. Capacitar os servidores municipais por meio de treinamentos presenciais, realizados três vezes ao mês, abordando temas essenciais à administração tributária.

4.2.6. Auxiliar na atualização da legislação municipal, garantindo conformidade com as normativas federais e estaduais.

4.2.6. Elaborar relatórios periódicos demonstrando os avanços alcançados e os impactos das medidas implementadas.

4.3. Atendimento a Normas e Regulamentos

4.3.1. A empresa contratada deve atuar em conformidade com as exigências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e demais órgãos de controle.

4.3.2. A consultoria deve garantir que suas recomendações estejam alinhadas com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e demais normativas aplicáveis à administração tributária municipal.

4.3.3. As metodologias empregadas devem seguir as melhores práticas de gestão tributária, baseando-se em normas da Receita Federal, Secretaria da Fazenda Estadual e jurisprudência pertinente.

4.4. Critérios de Sustentabilidade

4.4.1. Priorização de documentos e relatórios em formato digital para reduzir o uso de papel.

4.4.2. Utilização de tecnologias e sistemas que favoreçam a automação e otimização dos processos, reduzindo desperdícios e retrabalho.

4.5. Manutenção e Assistência Técnica

4.5.1. A contratada deverá oferecer suporte técnico remoto contínuo, garantindo que dúvidas e problemas possam ser solucionados em tempo hábil.

4.5.2. Nos atendimentos presenciais, a equipe técnica deve estar disponível para prestar assistência diretamente aos servidores, garantindo a absorção do conhecimento e a implementação eficaz das estratégias propostas.

4.5.3. A empresa deverá manter um canal de atendimento exclusivo para suporte, com prazos máximos de resposta previamente estabelecidos.

4.6. Avaliação de Desempenho e Relatórios

4.6.1. A contratada deverá apresentar relatórios periódicos (mensais ou trimestrais) contendo:

- Diagnóstico detalhado da situação tributária do município;
- Análise dos impactos das medidas implementadas;
- Indicadores de melhoria na arrecadação e na eficiência administrativa;
- Sugestões para otimização contínua dos processos.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Identificação da Solução:

5.1.1. Para aprimorar a gestão financeira e o planejamento estratégico, a Secretaria de Finanças e Planejamento busca contratar uma empresa especializada em consultoria. Essa consultoria fornecerá suporte técnico na definição, implementação e desenvolvimento de metodologias de contabilidade e finanças públicas, garantindo maior eficiência e transparência na administração dos recursos públicos.

5.2. Análise Comparativa das Soluções:

5.2.1. A partir do levantamento realizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e em municípios do Paraná, foram identificadas as seguintes soluções:

a) Contratação de Consultores Individuais: Algumas administrações públicas adotam a contratação de consultores individuais para prestar apoio técnico especializado. No Paraná, essa modalidade foi utilizada pela Secretaria da Fazenda por meio do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal (PROFISCO), com a seleção de profissionais para atuar na definição e implantação de metodologias de contabilidade e finanças públicas, incluindo o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC/PR).

Justificativa Técnica: Apesar de permitir a seleção de especialistas para demandas específicas, essa abordagem apresenta limitações, pois não oferece uma visão integrada e contínua dos processos. Além disso, a ausência de um suporte coletivo pode comprometer a eficiência da consultoria, dificultando a implementação de soluções estratégicas de longo prazo.

Justificativa Econômica: O custo da contratação individualizada é consideravelmente elevado. Com base em editais recentes da Secretaria da Fazenda do Paraná, os valores praticados para consultores individuais são os seguintes:

- **Perfil:** Consultor em Finanças Públicas
- **Valor da hora de consultoria:** R\$ 140,78
- **Carga horária anual estimada:** 1.848 horas (considerando 8 horas diárias e 231 dias úteis)
- **Custo anual estimado por consultor:** R\$ 260.160,27

Diante do alto custo e da falta de integração entre os profissionais contratados individualmente, essa solução é inviável para atender às necessidades da Secretaria de Finanças e Planejamento.

b) Contratação de Empresa Especializada em Consultoria: Outra solução identificada é a contratação direta de uma empresa especializada, que disponibiliza uma equipe multidisciplinar para atender às demandas da Secretaria de Finanças e Planejamento. Esse modelo tem sido utilizado por diversos municípios e pelo próprio Estado do Paraná para fortalecer a governança fiscal e aprimorar processos de planejamento e controle. Um exemplo foi a contratação de consultoria pela Secretaria da Fazenda para desenvolver um novo modelo de orçamento público, visando maior transparência e eficiência na alocação de recursos.

Justificativa Técnica: A contratação de uma empresa permite uma abordagem mais abrangente e integrada, garantindo suporte contínuo e qualificado. Com uma equipe especializada, a consultoria oferece maior previsibilidade e eficiência no desenvolvimento das soluções necessárias.

Justificativa Econômica: Comparada à contratação individualizada, essa opção apresenta um custo significativamente mais vantajoso, permitindo uma melhor alocação dos recursos da Secretaria de Finanças e Planejamento.

5.3. Solução Considerada Inviável:

5.3.1. A contratação individualizada de consultores foi descartada devido ao custo elevado e à falta de uma abordagem integrada, o que comprometeria a qualidade e a continuidade dos serviços prestados.

5.4. Conclusão:

5.4.1. Diante da inviabilidade da contratação de consultores individuais, a contratação de uma empresa especializada em consultoria é a mais viável, pois oferece um serviço mais completo e com melhor custo-benefício.

6. Descrição da solução como um todo

7.1. Identificação da Solução Escolhida

7.1.1. A solução que se mostrou mais vantajosa para a Secretaria de Finanças e Planejamento é a prestação de serviços especializados para otimização da arrecadação municipal, organização de processos tributários e financeiros, assessoria e capacitação, incluindo orientação para a elaboração de normativas e suporte aos órgãos de controle.

7.2. Objeto da Contratação:

7.2.1. A presente contratação visa à prestação de serviços técnicos especializados na área tributária e financeira municipal, abrangendo as seguintes atividades:

- Otimização da arrecadação municipal: Desenvolvimento e implementação de estratégias para maximizar a arrecadação própria do município, incluindo análise da base tributária, revisão de cadastros e orientação para recuperação de receitas.
- Organização e melhoria dos processos tributários e financeiros: Diagnóstico e reformulação de processos administrativos, com foco na eficiência, transparência e conformidade com as normativas vigentes.

- Assessoria técnica: Suporte contínuo aos servidores da Secretaria de Finanças e Planejamento na execução das atividades relacionadas à gestão fiscal, financeira e tributária.
- Capacitação de servidores: Treinamento e qualificação da equipe municipal para aplicação correta das normativas e melhoria da execução dos processos administrativos.
- Orientação na elaboração de normativas: Orientação na elaboração de regulamentos e atos administrativos para aprimoramento da legislação municipal em matéria fiscal, financeira e tributária.
- Suporte aos órgãos de controle: Assessoria na prestação de informações aos órgãos de controle interno e externo, assegurando conformidade e segurança jurídica.

7.3. Requisitos Técnicos e de Qualidade:

7.3.1. A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos técnicos e operacionais:

- Equipe técnica qualificada: Profissionais com formação compatível e experiência comprovada na área de finanças públicas, gestão tributária e planejamento orçamentário.
- Metodologia de trabalho estruturada: Proposta de trabalho detalhada, contemplando diagnóstico inicial, plano de ação e indicadores de desempenho.
- Uso de tecnologia aplicada à gestão pública: Ferramentas e softwares que auxiliem na análise e otimização da arrecadação e na organização de processos administrativos.
- Adequação às normas vigentes: Atendimento às diretrizes estabelecidas pela **ABNT** e demais normas aplicáveis à qualidade, resistência e segurança do serviço prestado.
- Disponibilidade de suporte: Atendimento contínuo durante a execução do contrato, com acompanhamento presencial e remoto sempre que necessário.

7.4. Exigências Relacionadas à Manutenção e Assistência Técnica

7.4.1. Suporte técnico contínuo: A empresa deverá oferecer atendimento para esclarecimento de dúvidas e apoio na implementação das diretrizes e recomendações desenvolvidas durante a consultoria.

7.4.2. Capacitação contínua: Deverão ser realizados treinamentos periódicos para atualização dos servidores municipais sobre as mudanças normativas e aprimoramento das práticas administrativas.

7.4.3. Relatórios de desempenho e evolução: A contratada deverá apresentar relatórios periódicos detalhando as ações desenvolvidas, os impactos gerados e os resultados obtidos.

7.5. Modalidade da Contratação

7.5.1. A contratação será realizada de forma direta, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea 'c', da Lei 14.133/2021, por se tratar de um serviço técnico especializado que exige a escolha de um prestador qualificado e com experiência comprovada. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria de Finanças e Planejamento, que verificará a conformidade das entregas com os termos estabelecidos no contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Nº	ITEM	QTD	UND. DE MEDIDA
1	Prestação de serviços especializados para otimização da arrecadação municipal, organização de processos tributários e financeiros, assessoria	12	MENSAL

	e capacitação, incluindo a orientação na elaboração de normativas e suporte aos órgãos de controle.		
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

7.1. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DA QUANTIDADE ESTIMADA:

7.1. A quantidade estimada a ser contratada é baseada em um período de 12 meses, com a unidade de medida sendo mensal. Este período foi determinado para garantir a continuidade e a estabilidade dos serviços prestados à Secretaria de Finanças e Planejamento.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 98.400,00

Nº	ITEM	QTD	UND. DE MEDIDA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços especializados para otimização da arrecadação municipal, organização de processos tributários e financeiros, assessoria e capacitação, incluindo a orientação na elaboração de normativas e suporte aos órgãos de controle.	12	MENSAL	R\$ 8.200,00	R\$ 98.400,00

8.1. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO VALOR ESTIMADO:

8.1.1. O valor estimado foi baseado na proposta apresentada pela empresa a ser contratada, comprovando através de notas fiscais de serviços prestados a outros órgãos, que o valor praticado está dentro dos preços de mercado.

8.2. MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO:

8.2.1. O valor estimado da contratação é R\$ 98.400,00 (noventa e oito mil e quatrocentos reais). Estará anexada ao processo de contratação, a proposta apresentada pela empresa a ser contratada.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da presente contratação não é tecnicamente viável nem economicamente vantajoso para a Prefeitura de Ubitatã. A contratação de um único fornecedor para todos os serviços integrados de otimização da arrecadação municipal, organização de processos tributários e financeiros, assessoria e capacitação, incluindo a orientação na elaboração de normativas e suporte aos órgãos de controle, garante eficiência e integração entre os componentes da solução.

Além disso, a unificação dos serviços permite a negociação de melhores preços e condições, resultando em economia de escala. A fragmentação da contratação poderia comprometer a continuidade e a padronização das metodologias aplicadas, além de gerar dificuldades operacionais na coordenação de múltiplos fornecedores.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não serão necessárias outras contratações neste segmento para atender a demanda. O processo atualmente em elaboração é o único planejado para atender de forma abrangente e exclusiva às necessidades futuras nesse contexto.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A Prefeitura de Ubitatã ainda não implantou o Plano de Contratações Anual - PCA, artefato este de planejamento e racionalização dos processos de aquisição de bens e serviços, bem como obras. Todavia a presente contratação está prevista no planejamento financeiro, inserida na relação de despesas do corrente exercício.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com a implementação desta consultoria, espera-se obter:

- 12.1.1. Aumento na arrecadação municipal sem necessidade de novos tributos;
- 12.1.2. Redução de litígios fiscais e maior eficácia na cobrança administrativa;
- 12.1.3. Maior transparência e conformidade com os princípios da legalidade e eficiência na gestão pública;
- 12.1.4. Melhor aproveitamento dos recursos humanos e tecnológicos para gestão tributária;
- 12.1.5. Elevação da nota do PROGOV por meio da implantação de normativas e boas práticas de gestão.

13. Providências a serem Adotadas

Para garantir a adequada execução dos serviços contratados e a efetiva fiscalização contratual, a Prefeitura de Ubitatã adotará as seguintes providências antes da assinatura do contrato:

4.1. Adequação do Ambiente e Infraestrutura

- 4.1.2. Disponibilização de espaço físico adequado para a realização de reuniões e atividades presenciais da consultoria junto à Secretaria de Finanças e Planejamento, caso necessário.
- 4.1.3. Acesso a sistemas e bases de dados essenciais para a execução dos serviços, garantindo que a empresa contratada possa realizar diagnósticos e análises de arrecadação e processos tributários com informações precisas.
- 4.1.4. Definição de cronograma de integração, incluindo reuniões iniciais entre a equipe técnica da empresa e os servidores responsáveis pela gestão financeira e tributária do município.

4.1.5. Orientação aos Servidores quanto a Fiscalização e Gestão Contratual

- 4.1.6. Designação formal de gestores e fiscais do contrato, conforme exigido pela Lei 14.133/2021, garantindo que a administração acompanhe a execução dos serviços de forma eficiente.

4.2. Capacitação dos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato, promovendo treinamento sobre:

- 4.2.1. Monitoramento e controle da prestação dos serviços contratados;

4.2.2. Indicadores de desempenho e avaliação dos resultados entregues;

4.2.3. Normas e diretrizes aplicáveis ao objeto contratado.

4.2.4. Estabelecimento de fluxos internos de comunicação, garantindo que todas as informações necessárias para a fiscalização e tomada de decisão sejam centralizadas e acessíveis aos responsáveis.

4.3. Estrutura Organizacional e Impactos

4.3.1. Definição clara das responsabilidades de cada setor envolvido na execução e no acompanhamento da consultoria, assegurando a integração entre os serviços prestados e as demandas internas da Secretaria de Finanças e Planejamento.

4.3.2. Análise dos impactos operacionais, verificando possíveis adaptações necessárias nos processos internos para absorver as recomendações e metodologias propostas pela empresa contratada.

4.3.3. Garantia da disponibilidade de equipe técnica interna, assegurando que servidores estejam aptos a colaborar com a consultoria e a dar continuidade às ações desenvolvidas ao longo do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Considerando que a presente contratação refere-se à prestação de serviços especializados em consultoria tributária e financeira, de natureza essencialmente intelectual e administrativa, não são identificados impactos ambientais diretos associados a esta contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no presente Estudo Técnico Preliminar, a contratação de serviços especializados em consultoria tributária e financeira para a Prefeitura de Ubiratã torna-se viável. A necessidade de otimização da arrecadação municipal, organização de processos tributários e financeiros, assessoria e capacitação, confirma a viabilidade dessa contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA EDUARDA PIO DA COSTA MAEDA

Assessora de Planejamento



Assinou eletronicamente em 14/03/2025 às 16:36:58.

1. REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 35/2025

2. OBJETO

Contratação de empresa especializada para consultoria à Secretaria das Finanças e Planejamento do Município de Ubiratã, visando aprimoramento da gestão tributária e financeira, otimização da arrecadação e suporte técnico-administrativo.

3. VALOR TOTAL DA REQUISIÇÃO

R\$ 98.400,00 (noventa e oito mil e quatrocentos reais)

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0402	8659	339039050000	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	510	R\$ 98.400,00

5. CONTRATADO (A)

Razão Social:	VECTOR9 LTDA
CNPJ Nº:	10.450.171/0001-76
Endereço:	Rua Mario Gonçalves Isquierdo, nº 394, Conjunto Residencial Montreal
Município:	Santa Terezinha de Itaipu - CEP nº 85.875-000

Ubiratã/PR, 14 de março de 2025.

SECRETARIA DAS FINANÇAS E PLANEJAMENTO

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

Proc. Administrativo 2.488/2025

10/144

Assinado por 1 pessoa: RITA SOARES NETA FIGUEIREDO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/5DF7-2739-F5D8-1C99>



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para consultoria à Secretaria das Finanças e Planejamento do Município de Ubiratã, visando aprimoramento da gestão tributária e financeira, otimização da arrecadação e suporte técnico-administrativo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços especializados para otimização da arrecadação municipal, organização de processos tributários e financeiros, assessoria e capacitação, incluindo a elaboração de normativas e suporte aos órgãos de controle.	MENSAL	12	R\$ 8.200,00	R\$ 98.400,00

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

2.2. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução que se mostrou mais vantajosa para a Secretaria das Finanças e Planejamento é a prestação de serviços especializados para otimização da arrecadação municipal, organização de processos tributários e financeiros, assessoria e capacitação, incluindo orientação para a elaboração de normativas e suporte aos órgãos de controle.

3.2. A presente contratação abrange as seguintes atividades:

3.2.1 Otimização da arrecadação municipal: Desenvolvimento e implementação de estratégias para maximizar a arrecadação própria do município, incluindo análise da base tributária, revisão de cadastros e orientação para recuperação de receitas.

3.2.2 Organização e melhoria dos processos tributários e financeiros: Diagnóstico e reformulação de processos administrativos, com foco na eficiência, transparência e conformidade com as normativas vigentes.

3.2.3 Assessoria técnica: Suporte contínuo aos servidores da Secretaria das Finanças e Planejamento na execução das atividades relacionadas à gestão fiscal, financeira e tributária.

3.2.4 Capacitação de servidores: Treinamento e qualificação da equipe municipal para aplicação correta das normativas e melhoria da execução dos processos administrativos.

3.2.5 Orientação na elaboração de normativas: Orientação na elaboração de regulamentos e atos administrativos para aprimoramento da legislação municipal em matéria fiscal, financeira e tributária.

3.2.6 Suporte aos órgãos de controle: Assessoria na prestação de informações aos órgãos de controle interno e externo, assegurando conformidade e segurança jurídica.

Requisitos Técnicos e de Qualidade:

3.3. A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos técnicos e operacionais:

- 3.4. Equipe técnica qualificada: Profissionais com formação compatível e experiência comprovada na área de finanças públicas, gestão tributária e planejamento orçamentário.
- 3.5. Metodologia de trabalho estruturada: Proposta de trabalho detalhada, contemplando diagnóstico inicial, plano de ação e indicadores de desempenho.
- 3.6. Uso de tecnologia aplicada à gestão pública: Ferramentas e softwares que auxiliem na análise e otimização da arrecadação e na organização de processos administrativos.
- 3.7. Adequação às normas vigentes: Atendimento às diretrizes estabelecidas pela **ABNT** e demais normas aplicáveis à qualidade, resistência e segurança do serviço prestado.
- 3.8. Disponibilidade de suporte: Atendimento contínuo durante a execução do contrato, com acompanhamento presencial e remoto sempre que necessário.

Exigências Relacionadas à Manutenção e Assistência Técnica

- 3.9. Suporte técnico contínuo: A empresa deverá oferecer atendimento para esclarecimento de dúvidas e apoio na implementação das diretrizes e recomendações desenvolvidas durante a consultoria.
- 3.10. Capacitação contínua: Deverão ser realizados treinamentos periódicos para atualização dos servidores municipais sobre as mudanças normativas e aprimoramento das práticas administrativas.
- 3.11. Relatórios de desempenho e evolução: A contratada deverá apresentar relatórios periódicos detalhando as ações desenvolvidas, os impactos gerados e os resultados obtidos.

Modalidade da Contratação

3.12. A contratação será realizada de forma direta, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea 'c', da Lei 14.133/2021, por se tratar de um serviço técnico especializado que exige a escolha de um prestador qualificado e com experiência comprovada. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria das Finanças e Planejamento, que verificará a conformidade das entregas com os termos estabelecidos no contrato.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A empresa contratada deve ser especializada em consultoria tributária e financeira, com experiência comprovada na área pública municipal.
- 4.2. O objeto da contratação deve abranger consultoria, assessoria e suporte técnico para aprimoramento da arrecadação tributária, conformidade legal e capacitação dos servidores.
- 4.3. A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma híbrida, com suporte remoto contínuo e atendimentos presenciais programados.
- 4.4. A contratação será realizada pelo período inicial de **12 meses**, podendo ser renovada conforme a legislação vigente.
- 4.5. O suporte técnico aos servidores municipais deve estar disponível de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30, acompanhando o horário de funcionamento da prefeitura.

Obrigações da Contratada

- 4.6. Disponibilizar equipe técnica qualificada, composta por especialistas em direito tributário, contabilidade pública e administração financeira.
- 4.7. Prestar suporte técnico contínuo aos servidores municipais, garantindo resposta a dúvidas e acompanhamento das demandas da Secretaria das Finanças e Planejamento.
- 4.8. Elaborar diagnósticos detalhados sobre a arrecadação municipal, apontando possíveis falhas, oportunidades de recuperação de créditos e melhorias nos processos de fiscalização.
- 4.9. Apresentar estratégias e soluções para aprimorar a arrecadação sem aumento da carga tributária.
- 4.10. Capacitar os servidores municipais por meio de treinamentos presenciais, realizados três vezes ao mês, abordando temas essenciais à administração tributária.
- 4.11. Auxiliar na atualização da legislação municipal, garantindo conformidade com as normativas federais e estaduais.

4.12. Elaborar relatórios periódicos demonstrando os avanços alcançados e os impactos das medidas implementadas.

Atendimento a Normas e Regulamentos

4.13. Para a execução dos serviços a empresa contratada deve atuar em conformidade com as exigências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e demais órgãos de controle.

4.14. A consultoria deve garantir que suas recomendações estejam alinhadas com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e demais normativas aplicáveis à administração tributária municipal.

4.15. As metodologias empregadas devem seguir as melhores práticas de gestão tributária, baseando-se em normas da Receita Federal, Secretaria da Fazenda Estadual e jurisprudência pertinente.

CrITÉrios de Sustentabilidade

4.16. Priorização de documentos e relatórios em formato digital para reduzir o uso de papel.

4.17. Utilização de tecnologias e sistemas que favoreçam a automação e otimização dos processos, reduzindo desperdícios e retrabalho.

Manutenção e Assistência Técnica

4.18. A contratada deverá oferecer suporte técnico remoto contínuo, garantindo que dúvidas e problemas possam ser solucionados em tempo hábil.

4.19. Nos atendimentos presenciais, a equipe técnica deve estar disponível para prestar assistência diretamente aos servidores, garantindo a absorção do conhecimento e a implementação eficaz das estratégias propostas.

4.20. A empresa deverá manter um canal de atendimento exclusivo para suporte, com prazos máximos de resposta previamente estabelecidos.

Avaliação de Desempenho e Relatórios

4.21. A contratada deverá apresentar relatórios periódicos (mensais ou trimestrais) contendo:

- 4.21.1 Diagnóstico detalhado da situação tributária do município;
- 4.21.2 Análise dos impactos das medidas implementadas;
- 4.21.3 Indicadores de melhoria na arrecadação e na eficiência administrativa;
- 4.21.4 Sugestões para otimização contínua dos processos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução dos serviços se dará conforme proposta da empresa contratada.

Equipamentos a serem disponibilizados para a capacitação dos servidores

5.2. A empresa contratada deverá ofertar todos os materiais necessários para a capacitação dos servidores, assim como os equipamentos necessários para realização do treinamento.

6. MODELO DE GESTÃO

6.1. O serviço deverá ser executado fielmente pela empresa contratada, de acordo com o disposto em sua proposta, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o Município e a empresa contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O Município poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização Técnica e Administrativa

- 6.4. A fiscalização técnica e administrativa será exercida pela servidora **KAUANE GABRIELA NOVAIS DE JESUS RETAMERO**, ocupante do cargo de Chefe de Divisão da Receita Municipal, lotada na Secretaria das Finanças e Planejamento, sendo que esta acompanhará a execução dos serviços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na proposta, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- 6.5. O fiscal técnico e administrativo do contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 6.6. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção;
- 6.7. O fiscal técnico e administrativo informará à autoridade competente, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 6.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução dos serviços nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente à autoridade superior.
- 6.9. O fiscal técnico e administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.10. Caso ocorra descumprimento das obrigações assumidas, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à autoridade superior para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestão

- 6.11. A gestão da contratação será exercida pelo secretário titular da **SECRETARIA DAS FINANÇAS E PLANEJAMENTO**, que coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização dos serviços contendo todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.12. O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.13. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da empresa contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.14. O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela empresa contratada, com menção ao seu desempenho na execução dos serviços, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.15. O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.16. O gestor deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.17. O gestor deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constatar que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1 Trabalhos realizados mensalmente monitorados pelo setor responsável.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da empresa contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

Liquidação

7.5. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será efetuada a sua liquidação.

7.6. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.6.1 O prazo de validade;

7.6.2 A data da emissão;

7.6.3 O valor a pagar; e

7.6.4 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.9. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do Município, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.10. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

Prazo de pagamento

7.14. O pagamento será efetuado, contado da finalização da liquidação da despesa, até o décimo dia do mês subsequente, desde que o documento fiscal esteja em tempo hábil na Divisão de Tesouraria do Município.

7.15. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INPC.

Forma de pagamento

7.16. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, inciso III, alínea 'c', da Lei 14.133/2021, uma vez que se trata de contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, a ser ministrado por empresa e profissional de notória especialização.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, a empresa contratada deverá comprovar a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e social, assim como demonstrar a notória especialização da empresa e do profissional por meio de atestados de capacidade técnica fornecidos por entes públicos ou privados.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 98.400,00 (noventa e oito mil e quatrocentos reais).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Ubatã.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO	DESPESA	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR
0402	8659	339039050000	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	510	R\$ 98.400,00

Ubatã, PR, 14 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA EDUARDA PIO DA COSTA MAEDA
Data: 14/03/2025 16:39:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARIA EDUARDA PIO DA COSTA MAEDA
Assessora de Planejamento

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Eu, **RITA SOARES NETA FIGUEIREDO**, Secretária das Finanças e Planejamento do município de Ubatuba/PR, no uso de suas atribuições e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARA, para os devidos fins, que a despesa resultante da requisição nº 35/2025 de Inexigibilidade, cujo objeto é a **“Contratação de empresa especializada para consultoria à Secretaria das Finanças e Planejamento do Município de Ubatuba, visando aprimoramento da gestão tributária e financeira, otimização da arrecadação e suporte técnico-administrativo”**, tem perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA). Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assina a presente.

Ubatuba/PR, 14 de março de 2025.

RITA SOARES NETA FIGUEIREDO
Secretária das Finanças e Planejamento

JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE

OBJETO: Contratação de empresa especializada para consultoria à Secretaria de Finanças e Planejamento do Município de Ubatuba, visando aprimoramento da gestão tributária e financeira, otimização da arrecadação e suporte técnico-administrativo.

VALOR TOTAL: R\$ 98.400,00 (noventa e oito mil e quatrocentos reais).

PREVISÃO LEGAL: Inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74. Inciso III, alínea “c”, da Lei nº 14.133/2021.

A contratação em análise se revela vantajosa para a administração, considerando os documentos anexados ao processo, os quais atestam o cumprimento das normativas legais aplicáveis.

Dessa forma, com fundamento no artigo mencionado da Lei nº 14.133/2021, apresento, na qualidade de ordenador de despesas, a justificativa para ratificação, bem como para eventuais considerações que se façam necessárias.

Ubatuba/PR, 14 de março de 2025.

RITA SOARES NETA FIGUEIREDO
Secretária das Finanças e Planejamento

JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO DIRETA, RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

CONTRATADO: VECTOR9 LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.450.171/0001-76, com sede na Rua Mario Gonçalves Isquierdo, nº 394, município de Santa Terezinha de Itaipu, CEP nº 85.875-000, estado do Paraná, no valor de R\$ 98.400,00 (noventa e oito mil e quatrocentos reais).

Da fundamentação Legal: A presente Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentada no art. 74. Inciso III, alínea “c”, da Lei nº 14.133/2021.

Razão da Escolha do Fornecedor: A complexidade das atividades a serem desenvolvidas exige conhecimento aprofundado sobre legislação tributária, procedimentos de arrecadação, fiscalização, gestão orçamentária e boas práticas de administração pública. Dessa forma, torna-se inviável a busca por fornecedores sem experiência comprovada e capacidade técnica consolidada, o que justifica a contratação direta de uma empresa qualificada e reconhecida no setor.

A escolha do fornecedor se deu em razão de sua comprovada experiência na área tributária e financeira municipal. A empresa possui um histórico robusto de atuação, contando com profissionais altamente qualificados, incluindo especialistas com 22 anos de experiência na análise tributária e 20 anos na consultoria tributária, prestando serviços estratégicos para diversos municípios do Paraná, comprovados através de Atestados de Capacidade Técnica fornecidos.

Seu corpo técnico é composto por profissionais com formação superior em Tecnologia em Processamento de Dados, Direito e Contabilidade, além de especializações em Tributação Pública, Legislação Tributária, Gestão Pública, Auditoria e Contabilidade Pública. A expertise da empresa também se evidencia por sua atuação prática na capacitação de gestores municipais e profissionais do setor tributário e contábil, sendo referência na realização de treinamentos, palestras e consultorias especializadas.

Além disso, a empresa apresenta sólido know-how na operação de sistemas de informação tributária e escrituração fiscal, integrando tecnologia e conhecimento técnico para otimizar processos administrativos e ampliar a arrecadação municipal.

Por fim, a empresa cumpriu integralmente todas as exigências legais e documentais necessárias à contratação, reforçando sua qualificação e idoneidade para a execução dos serviços.

Justificativa do Preço: A formação do preço para a presente contratação baseia-se na análise de preços praticados pela empresa contratada em serviços similares, conforme demonstrado por meio das notas fiscais apresentadas. Ainda que os serviços anteriormente prestados tenham sido contratados individualmente, os valores registrados nessas notas comprovam a compatibilidade dos preços praticados no mercado para consultoria tributária e financeira.

No entanto, o valor total da presente contratação apresenta um montante superior à soma dos serviços individuais já realizados, visto que se trata de um contrato de 12 meses, abrangendo um escopo ampliado de serviços, incluindo suporte contínuo, atendimento remoto diário, presença mensal no município e capacitação recorrente da equipe técnica da Prefeitura.

Dessa forma, o preço ajustado atende plenamente aos princípios da **vantajosidade, economicidade, eficiência e eficácia**, garantindo uma solução estratégica para a otimização da gestão tributária e financeira do Município de Ubatuba.

Ubiratã/PR, 14 de março de 2025.

RITA SOARES NETA FIGUEIREDO
Secretária das Finanças e Planejamento

PROPOSTA Nº 001/2025

Objeto de contratação: Contratação de empresa especializada para consultoria à Secretaria de Finanças e Planejamento do Município de Ubiratã, visando aprimoramento da gestão tributária e financeira, otimização da arrecadação e suporte técnico-administrativo.

NOME DA EMPRESA: VECTOR9 LTDA	
RAZÃO SOCIAL: VECTOR9 LTDA	CNPJ: 10.450.171/0001-76
RESPONSÁVEL: GILBERTO LUIZ SCHMIDT	
ENDEREÇO: RUA MARIO GONÇALVES ISQUIERDO, 394	
E-MAIL: vector9.consultoria@gmail.com	TELEFONE: 45999776400
DATA DO ORÇAMENTO: 11/03/2025	VALIDADE: 11/06/2025

ITEM	DESCRIÇÃO	UN. DE MEDIDA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços especializados para otimização da arrecadação municipal, organização de processos tributários e financeiros, assessoria e capacitação, incluindo a orientação na elaboração de normativas e suporte aos órgãos de controle.	MENSAL	8.200,00	98.400,00

Valor mensal: 8.200,00 (oito mil e duzentos reais)

Valor anual: 98.400,00 (Noventa e oito mil e quatrocentos reais)

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, EM 11 DE MARÇO DE 2025



Documento assinado digitalmente
GILBERTO LUIZ SCHMIDT
Data: 13/03/2025 15:42:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GILBERTO LUIZ SCHMIDT

SÓCIO ADMINISTRADOR

CPF 031.195.049-39

Assinado por 1 pessoa: RITA SOARES NETA FIGUEIREDO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/5DF7-2739-F5D8-1C99>



Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e



VECTOR9 LTDA
* RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA
CEP: 85875-000 - Bairro: RESIDENCIAL MONTREAL
Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR
E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com
Fone: (45) 3541-3025

CNPJ / CPF **Inscrição Estadual** **Inscrição Municipal**
10.450.171/0001-76 **** 1886



Número da NFS-e
202400000000317

Data do Serviço Código Verificador
04/03/2024 **a38477623**



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR
Secretaria Municipal da Fazenda
Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.govbr.cloud//NFS-e.Portal

Dt. de Emissão Exigibilidade ISS Tributado no Município
04/03/2024 Exigível Santa Terezinha de Itaipu/PR

TOMADOR DO SERVIÇO

Nome / Razão Social
MUNICIPIO DE CIDADE GAUCHA

Endereço
RUA 25 DE JULHO,1814 - PAÇO MUNICIPAL

Cidade UF Fone CEP
Cidade Gaúcha **PR** **(44) 3675-1172** **87820-000**

Bairro
CENTRO

CNPJ / CPF Inscrição Municipal Inscrição Estadual
75.377.200/0001-67 **ISENTO** **ISENTO**

E-mail

Município de Prestação do Serviço

Cidade Gaúcha/PR

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO

Nome / Razão Social

CNPJ / CPF Inscrição Municipal
********* *********

E-mail Fone Cidade
********* ********* *********

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestação de Serviços Especializados em Processamento de Dados Conforme:
- Importação dos dados Gerados por Geo Processamento referente aos Imóveis Urbanos do Município
- Validação dos dados Importados com geração de Tabelas Comparativas de Informações
- Geração de relatórios comparativos de Valores Calculados do Antes x Depois

CONTA CORRENTE P/ DEPÓSITO: BANCO DO BRASIL S/A - AG:3391-X - C/C: 13.455-4
EMPRESA OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL DISPENSADA DA RETENÇÃO DO EFD/REINF
CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012, ART 4º
INCISO XI

VALOR TOTAL **ALIQ.** **VALOR IMPOSTO** **RETIDO**

11.000,00 **0,00** **0,00** **Não**

Código do Serviço
17.17 - Análise de Organização e Métodos.

Código NBS

CIDE COFINS COFINS Importação ICMS IOF IPI PIS/PASEP PIS/PASEP Importação

0,00 **0,00** **0,00** **0,00** **0,00** **0,00** **0,00** **0,00**

Base Cálculo ISSQN Próprio Valor do ISSQN Próprio Base Cálculo ISSQN Retido Valor do ISSQN Retido Valor Total do ISSQN Valor Dedução/Descontos

11.000,00 **0,00** **0,00** **0,00** **0,00** **0,00**

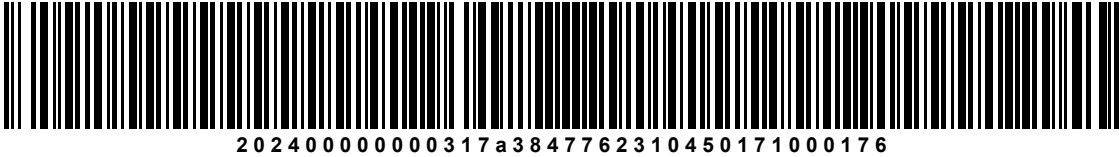
Valor Total da NFS-e **11.000,00** **Valor Líquido da NFS-e** **11.000,00**

Informações Adicionais

NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL
NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI
Lei 12741/2012: Mun: R\$525,80; Est: R\$0,00; Fed: R\$1479,50; Total Aprox: R\$2005,30. Fonte: IBPT.



Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:06:39.
Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.govbr.cloud//NFS-e.Portal



Recebi(emos) de
VECTOR9 LTDA

os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado.

____/____/____
Data

Identificação e assinatura do recebedor

202400000000317
Número da NFS-e

Competência
04/03/2024


NFS-e
a38477623

Número de Controle do Município

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:06:39.
Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.govbr.cloud//NFS-e.Portal

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA CEP: 85875-000 - Bairro: RESIDENCIAL MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025		Número da NFS-e	
		202300000000307	
CNPJ / CPF 10.450.171/0001-76		Inscrição Estadual ****	Inscrição Municipal 1886
		Data do Serviço 12/06/2023	Código Verificador 7c82e8fda

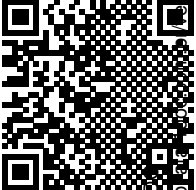
 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	12/06/2023	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR

TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social MUNICIPIO DE CIDADE GAUCHA				Cidade Gaúcha/PR			
Endereço RUA 25 DE JULHO,1814 - PAÇO MUNICIPAL							
Cidade	UF	Fone	CEP				
Cidade Gaúcha	PR	(44) 3675-1172	87820-000				
Bairro	CENTRO						
CNPJ / CPF	Inscrição Municipal	Inscrição Estadual					
75.377.200/0001-67	ISENTO	ISENTO					
E-mail *****							

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social *****	CNPJ / CPF *****	Inscrição Municipal *****	
E-mail	Fone	Cidade *****	

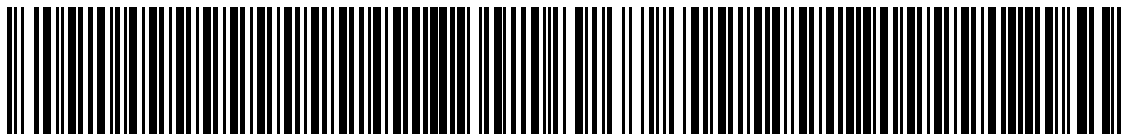
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
Prestação de Serviços Especializados em Processamento de Dados no que tange à Importação dos dados Gerados por Geo Processamento referente aos Imóveis Urbanos do Município. Validação dos dados Importados com geração de Tabelas Comparativas de Informações. Geração de relatórios comparativos de Valores Calculados do Antes x Depois. Todos os trabalhos foram realizados de forma remota totalizando aproximadamente 100 horas de trabalho. Conta Corrente para Depósito/Transferência: Banco do Brasil - 001 Ag: 3391-X C/C: 13.455-4 . Alíquota Efetiva: 2,000000000000%.	10.000,00	2,00	200,00	Não

Código do Serviço 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.		Código NBS *****	
CIDE 0,00	COFINS 0,00	COFINS Importação 0,00	ICMS 0,00
IOF 0,00	IPI 0,00	PIS/PASEP 0,00	PIS/PASEP Importação 0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio 10.000,00	Valor do ISSQN Próprio 200,00	Base Cálculo ISSQN Retido 0,00	Valor do ISSQN Retido 0,00
Valor Total da NFS-e 10.000,00	Valor Líquido da NFS-e 10.000,00	Valor Total do ISSQN 200,00	Valor Dedução/Descontos 0,00

Informações Adicionais NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI Lei 12741/2012: Mun: R\$200,00; Est: R\$0,00; Fed: R\$0,00; Total Aprox: R\$200,00.	
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:06:39.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta



2023000000003077c82e8fda10450171000176


Recebi(emos) de VECTOR9 LTDA os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. ____/____/____ Data	202300000000307 Número da NFS-e Competência 12/06/2023 NFS-e 7c82e8fda	Número de Controle do Município
Identificação e assinatura do recebedor		

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:06:39.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA CEP: 85875-000 - Bairro: RESIDENCIAL MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025		Número da NFS-e	
		202300000000303	
CNPJ / CPF		Inscrição Estadual	Inscrição Municipal
10.450.171/0001-76		****	1886

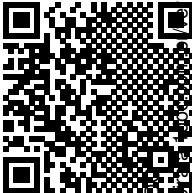
 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	01/03/2023	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR

TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social FUNDAÇÃO PAULISTA DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO				Rolândia/PR			
Endereço							
AVENIDA NICOLAU ZARVOS,1925							
Cidade	UF	Fone	CEP				
Lins	SP	(14) 3533-3296	16401-371				
Bairro							
JD AEROPORTO							
CNPJ / CPF		Inscrição Municipal		Inscrição Estadual			
51.665.727/0001-29		0		0			
E-mail							
isabela.rodrigues@ceteclins.com.br							

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social		CNPJ / CPF	Inscrição Municipal
*****		*****	*****
E-mail		Fone	Cidade

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA GERAÇÃO, MANUTENÇÃO E IMPORTAÇÃO DE ARQUIVOS E INFORMAÇÕES PROVENIENTES DO PROCESSO DE GEOPROCESSAMENTO REALIZADO NO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA - PARANÁ. DADOS FORAM GERADOS UTILIZANDO OS DADOS EXISTENTES NAS BASES DE DADOS DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO. A MANUTENÇÃO E IMPORTAÇÃO DOS DADOS GERADOS FORAM REALIZADAS NA BASE DE DADOS DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA/PR CONTA CORRENTE P/ DEPÓSITO: BANCO DO BRASIL AG: 3391-X C/C: 13455-4 CONTA CORRENTE DO TITULAR DO CNPJ	25.000,00	0,00	0,00	Não

Código do Serviço		Código NBS	
17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.		*****	
CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS
0,00	0,00	0,00	0,00
IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido
25.000,00	0,00	0,00	0,00
Valor Total da NFS-e		Valor Líquido da NFS-e	
25.000,00		25.000,00	

Informações Adicionais	
NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL	
NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI	
Lei 12741/2012: Mun: R\$0,00; Est: R\$0,00; Fed: R\$0,00; Total Aprox: R\$0,00.	

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:06:39.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta



2023000000003035d812a58710450171000176

Recebi(emos) de VECTOR9 LTDA os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. ____/____/____ Data	202300000000303 Número da NFS-e Competência 01/03/2023 NFS-e 5d812a587	Número de Controle do Município
Identificação e assinatura do recebedor		


Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:06:39.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta



Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA CEP: 85875-000 - Bairro: RESIDENCIAL MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025		Número da NFS-e	
		202300000000301	
CNPJ / CPF 10.450.171/0001-76		Inscrição Estadual ****	Inscrição Municipal 1886
		Data do Serviço 15/02/2023	Código Verificador f4b443010

 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	15/02/2023	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR

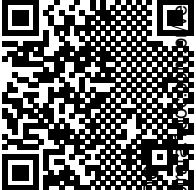
TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social Prefeitura Municipal de Catanduvas				Catanduvas/PR			
Endereço							
Avenida dos Pioneiros,500 - Paço Municipal							
Cidade	UF	Fone	CEP				
Catanduvas	PR	(45) 3234-1313	85470-000				
Bairro	Centro						
CNPJ / CPF		Inscrição Municipal	Inscrição Estadual				
76.208.842/0001-03							
E-mail							
compras@catanduvas.pr.gov.br							

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social	CNPJ / CPF	Inscrição Municipal	
*****	*****	*****	
E-mail	Fone	Cidade	

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
Prestação de Serviços Especializados na Geração, Montagem e Impressão de Carnês das Dividas existentes no Município com calculo anual, para o exercício de 2023 (IPTU, ALVARÁ, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, ISSQN FIXO) Conforme Contrato 04/2023, Dispensa de Licitação 01/2023 CONTA CORRENTE P/ DEPÓSITO: BANCO DO BRASIL AG: 3391-X C/C: 13455-4	14.000,00	0,00	0,00	Não

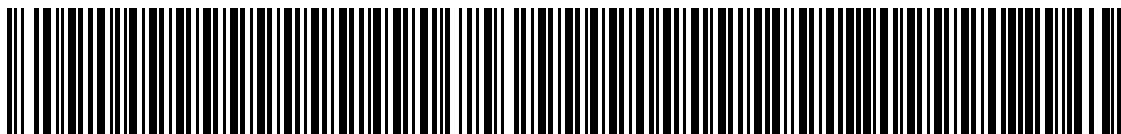
Código do Serviço 13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	Código NBS *****
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------

CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS	IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido	Valor Total do ISSQN	Valor Dedução/Descontos		
14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Valor Total da NFS-e		14.000,00		Valor Líquido da NFS-e		14.000,00	

Informações Adicionais NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI Lei 12741/2012: Mun: R\$0,00; Est: R\$0,00; Fed: R\$0,00; Total Aprox: R\$0,00.	
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:06:39.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal



202300000000301f4b44301010450171000176


Recebi(emos) de VECTOR9 LTDA os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. ____/____/____ Data	Identificação e assinatura do recebedor	202300000000301 Número da NFS-e Competência 15/02/2023 NFS-e f4b443010	Número de Controle do Município
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:06:39.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA CEP: 85875-000 - Bairro: RESIDENCIAL MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025		Número da NFS-e	
		202100000000278	
CNPJ / CPF	Inscrição Estadual	Inscrição Municipal	
10.450.171/0001-76	****	1886	
Data do Serviço		Código Verificador	
26/07/2021		365c82359	

 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	26/07/2021	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR


TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social				Itaipulândia/PR			
CAMARA MUNICIPAL DE ITAIPULANDIA							
Endereço							
RUA RUI BARBOSA, 1741 - PRÉDIO DA CAMARA							
Cidade	UF	Fone	CEP				
Itaipulândia	PR	(45) 3558-1128	85880-000				
Bairro							
CENTRO							
CNPJ / CPF				Inscrição Municipal			
95.725.115/0001-50							
E-mail				Inscrição Estadual			
camara.itaipulandia@bol.com.br							

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social		CNPJ / CPF	Inscrição Municipal
*****		*****	*****
E-mail		Fone	Cidade

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
Serviço especializado na manutenção de diretiva de segurança de dados no Servidor de Dados, Servidor de Aplicação, Terminais de Acesso do Órgão, na Manutenção das bases de dados adequando os acessos e bases para migração de plataforma. Treinamento e Orientação ao responsável Técnico do Setor de Informática do Órgão. Emitido Documento contendo o Relatório da Descrição Detalhadas do Serviços. Banco para Depósito: Banco do Brasil Ag: 3391-X C/C: 13.455-4	17.400,00	0,00	0,00	Não

Código do Serviço	Código NBS
17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	*****

CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS	IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido	Valor Total do ISSQN	Valor Dedução/Descontos		
17.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Valor Total da NFS-e		Valor Líquido da NFS-e					
17.400,00		17.400,00					

Informações Adicionais	
NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL	
NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI	
Lei 12741/2012: Mun: R\$828,24; Est: R\$0,00; Fed: R\$2340,30; Total Aprox: R\$3168,54. Fonte: IBPT.	

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:07:17.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal




Recebi(emos) de VECTOR9 LTDA os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. ____/____/____ Data	202100000000278 Número da NFS-e Competência 26/07/2021 NFS-e 365c82359	Número de Controle do Município Assinado por 1 pessoa: RITA SOARES NETA FIGUEIREDO Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://ubirajara.net.br
Identificação e assinatura do recebedor		

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:07:17.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA CEP: 85875-000 - Bairro: RESIDENCIAL MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025		Número da NFS-e	
		202100000000271	
CNPJ / CPF 10.450.171/0001-76		Inscrição Estadual ****	Inscrição Municipal 1886
		Data do Serviço 17/03/2021	Código Verificador 5b2e6d017

 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal	Dt. de Emissão 17/03/2021	Exigibilidade ISS Exigível	Tributado no Município Santa Terezinha de Itaipu/PR
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------	-------------------------------	--------------------------------------------------------


TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social Município de Pato Bragado				Pato Bragado/PR			
Endereço Avenida Willy Barth, 2885 - Paço Municipal							
Cidade Pato Bragado	UF PR	Fone (45) 3282-1355	CEP 85948-000				
Bairro Centro							
CNPJ / CPF 95.719.472/0001-05		Inscrição Municipal 					
E-mail djoni@patobragado.pr.gov.br							

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social *****		CNPJ / CPF *****	Inscrição Municipal *****
E-mail 		Fone 	Cidade *****

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
Prestação de serviços especializados junto a Secretaria de Finanças, no setor de Tributação, para parametrização do sistema de geração de Tributos Municipais, sendo: Alvara de Funcionamento, ISSQN Fixo, Vigilância Sanitária e IPTU, para o exercício de 2021. Conforme Contrato 2021011/2021, Conforme Processo de Dispensa 005/2021, Empenho 914/2021. Conta Corrente p/ Depósito: Bando do Brasil Ag: 3391-x C/C: 13455-4 . Alíquota Efetiva: 2,000000000000%.	14.000,00	2,00	280,00	Não

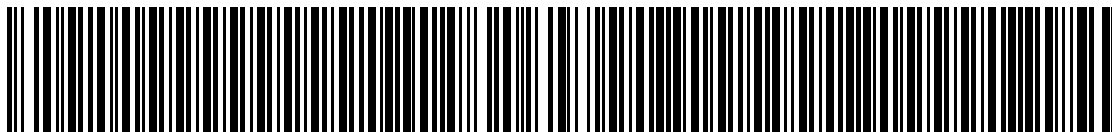
Código do Serviço 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	Código NBS *****
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------

CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS	IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido	Valor Total do ISSQN	Valor Dedução/Descontos		
14.000,00	280,00	0,00	0,00	280,00	0,00		
Valor Total da NFS-e		14.000,00		Valor Líquido da NFS-e		14.000,00	

Informações Adicionais NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI Lei 12741/2012: Mun: R\$666,40; Est: R\$0,00; Fed: R\$1883,00; Total Aprox: R\$2549,40. Fonte: IBPT.	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:07:17.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal



2021000000002715b2e6d01710450171000176


Recebi(emos) de VECTOR9 LTDA os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. ____/____/____ Data	Identificação e assinatura do recebedor	202100000000271 Número da NFS-e Competência 17/03/2021 NFS-e 5b2e6d017	Número de Controle do Município
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:07:17.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA CEP: 85875-000 - Bairro: RESIDENCIAL MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025		Número da NFS-e	
		202000000000262	
CNPJ / CPF		Inscrição Estadual	Inscrição Municipal
10.450.171/0001-76		****	1886

 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	24/09/2020	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR


TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social MUNICÍPIO DE MISSAL Endereço Rua Nossa Senhora da Conceição,555 - PAÇO MUNICIPAL Cidade Missal UF PR Fone (45) 3244-8000 CEP 85890-000 Bairro CENTRO CNPJ / CPF 78.101.847/0001-50 Inscrição Municipal ISENT0 Inscrição Estadual ISENT0 E-mail *****				Missal/PR			

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social		CNPJ / CPF	Inscrição Municipal
*****		*****	*****
E-mail		Fone	Cidade
*****		*****	*****

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
Prestação de Serviços Especializados referente a Revisão Geral do Código Tributário Municipal atualmente em vigor no Município, assim como a legislação acessória (Decreto, Portarias, Regulamentações). Revisão do Projeto de Lei Complementar que visa implantar o novo Código Tributário Municipal englobando os adendos e inclusões de normativas das Leis Federal e Estadual que tratam da matéria. Conforme Contrato 415/2020 Conforme Empenhos: 8752/2020 e 8751/2020 CONTA CORRENTE P/ DEPÓSITO: BANCO DO BRASIL AG: 3391-X C/C: 13455-4	12.000,00	0,00	0,00	Não

Código do Serviço	Código NBS
17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	*****

CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS	IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido	Valor Total do ISSQN	Valor Dedução/Descontos		
12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Valor Total da NFS-e		Valor Líquido da NFS-e					
12.000,00		12.000,00					

Informações Adicionais NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI Lei 12741/2012: Mun: R\$571,20; Est: R\$0,00; Fed: R\$1614,00; Total Aprox: R\$2185,20. Fonte: IBPT.	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:08:43.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta




Recebi(emos) de VECTOR9 LTDA os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. ____/____/____ Data	202000000000262 Número da NFS-e Competência 24/09/2020 NFS-e 811716813	Número de Controle do Município
Identificação e assinatura do recebedor		

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:08:43.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA CEP: 85875-000 - Bairro: RESIDENCIAL MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025		Número da NFS-e	
		201900000000244	
CNPJ / CPF 10.450.171/0001-76		Inscrição Estadual ****	Inscrição Municipal 1886
		Data do Serviço 29/10/2019	Código Verificador a9ae563ab

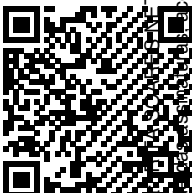
 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta	Dt. de Emissão 29/10/2019	Exigibilidade ISS Exigível	Tributado no Município Santa Terezinha de Itaipu/PR
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------	--------------------------------------	---------------------------------------------------------------

TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço	
Nome / Razão Social MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DE IGUAÇU				São Miguel do Iguaçu/PR	
Endereço R VANIO GHELLERE,64 - PAÇO MUNICIPAL					
Cidade São Miguel do Iguaçu	UF PR	Fone (45) 3565-8100	CEP 85877-000		
Bairro CENTRO					
CNPJ / CPF 76.206.499/0001-50		Inscrição Municipal ISENTO	Inscrição Estadual ISENTO		
E-mail *****					

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social *****	CNPJ / CPF *****	Inscrição Municipal *****	C99
E-mail *****	Fone *****	Cidade *****	

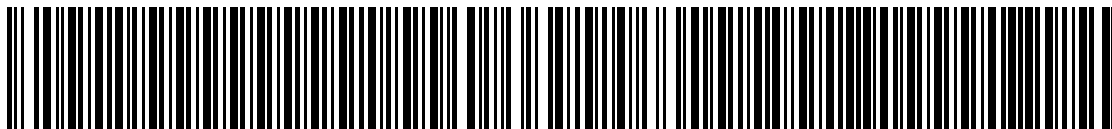
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
<p>Serviços especializados em microinformática na instalação, configuração e migração de gerenciador de banco de dados dos anos de 2002 a 2012 instalados no município de São Miguel do Iguaçu: SQL SERVER R2 para a versão atual do gerenciador: SQL SERVER 2014 R2; serviços de reinstalação, atualização, configuração operacional, parametrização e configuração de acesso a rede com a possibilidade de acesso aos demais terminais, disponibilizando a consulta e geração de relatórios dos sistemas instalados. Serviço de treinamento e capacitação aos usuários; controle e segurança no acesso para a preservação dos dados; cópia sombra dos dados atuais para que todos os processos possam serem realizados e refeitos caso necessário. Nos serviços prestados estão inclusos as migrações das bases de dados, manutenções dos mesmos (reindexação e compactação), procedimento de backup automático e demais processos de contingência necessários para o perfeito funcionamento das diretrizes de segurança dos dados.</p> <p>CONFORME PREGÃO PRESENCIAL 157/2019 - EMPENHO 10620/2019</p> <p>CONTA CORRENTE P/ DEPÓSITO: BANCO DO BRASIL AG: 3391-X C/C 13.455-4</p>	32.600,00	0,00	0,00	Não

Código do Serviço 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.		Código NBS *****	
CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS
0,00	0,00	0,00	0,00
IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido
32.600,00	0,00	0,00	0,00
Valor Total da NFS-e	32.600,00	Valor Líquido da NFS-e	32.600,00

Informações Adicionais NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI Lei 12741/2012: Mun: R\$1551,76; Est: R\$0,00; Fed: R\$4384,70; Total Aprox: R\$5936,46. Fonte: IBPT.	
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:08:43.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta



201900000000244a9ae563ab10450171000176

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e



VECTOR9 LTDA

* RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA
CEP: 85875-000 - Bairro: RESIDENCIAL MONTREAL
Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR
E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com
Fone: (45) 3541-3025



Número da NFS-e

201900000000244

Data do Serviço

29/10/2019

Código Verificador

a9ae563ab

CNPJ / CPF

10.450.171/0001-76

Inscrição Estadual

Inscrição Municipal

1886

Recebi(emos) de

VECTOR9 LTDA

os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado.

____/____/____
Data

Identificação e assinatura do recebedor

201900000000244

Número da NFS-e

Competência

29/10/2019

NFS-e

a9ae563ab


Número de Controle do Município

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:08:43.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA CEP: 85875-000 - Bairro: RESIDENCIAL MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025		Número da NFS-e	
		201900000000243	
CNPJ / CPF 10.450.171/0001-76		Inscrição Estadual ****	Inscrição Municipal 1886
		Data do Serviço	Código Verificador
		25/10/2019	56f2e4c61

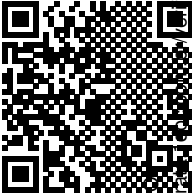
 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	25/10/2019	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR

TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social CAMARA MUNICIPAL DE ITAIPULANDIA				Itaipulândia/PR			
Endereço RUA RUI BARBOSA, 1741 - PRÉDIO DA CAMARA							
Cidade Itaipulândia	UF PR	Fone (45) 3558-1128	CEP 85880-000				
Bairro CENTRO							
CNPJ / CPF 95.725.115/0001-50		Inscrição Municipal	Inscrição Estadual				
E-mail camara.itaipulandia@bol.com.br							

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social *****		CNPJ / CPF *****	Inscrição Municipal *****
E-mail		Fone	Cidade *****

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM PROCESSAMENTO DE DADOS, MANUTENÇÃO E VALIDAÇÃO DE BASES DE DADOS CONFORME RELATÓRIO FINAL DE ATENDIMENTO ENVIADO AO ORGÃO. PROCESSO DE DISPENSA 008/2019 CONTA PARA DEPÓSITO: BANCO DO BRASIL AG: 3391-X C/C: 13455-4	12.400,00	0,00	0,00	Não

Código do Serviço 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.		Código NBS *****	
CIDE 0,00	COFINS 0,00	COFINS Importação 0,00	ICMS 0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio 12.400,00	Valor do ISSQN Próprio 0,00	Base Cálculo ISSQN Retido 0,00	Valor do ISSQN Retido 0,00
Valor Total da NFS-e 12.400,00		Valor Líquido da NFS-e 12.400,00	

Informações Adicionais Matrícula CEI da Obra: Não se aplica. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART: Não se aplica. NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI Lei 12741/2012: Mun: R\$590,24; Est: R\$0,00; Fed: R\$1667,80; Total Aprox: R\$2258,04. Fonte: IBPT.	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:08:43.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal




Recebi(emos) de VECTOR9 LTDA os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. ____/____/____ Data	201900000000243 Número da NFS-e Competência 25/10/2019 NFS-e 56f2e4c61	Número de Controle do Município
Identificação e assinatura do recebedor		

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:08:43.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA CEP: 85875-000 - Bairro: RESIDENCIAL MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025		Número da NFS-e	
		201800000000224	
CNPJ / CPF		Inscrição Estadual	Inscrição Municipal
10.450.171/0001-76		****	1886

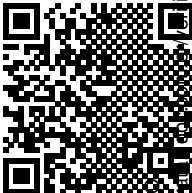
 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	17/12/2018	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR

TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social CÉU AZUL CÂMARA MUNICIPAL				Cerro Azul/PR			
Endereço Avenida Nilo Umberto Deitos, 1457							
Cidade Céu Azul	UF PR	Fone (45) 3266-1122	CEP 85840-000				
Bairro Centro							
CNPJ / CPF 00.371.279/0001-10		Inscrição Municipal ISENTO	Inscrição Estadual ISENTO				
E-mail *****							

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social *****		CNPJ / CPF *****	Inscrição Municipal *****
E-mail		Fone	Cidade *****

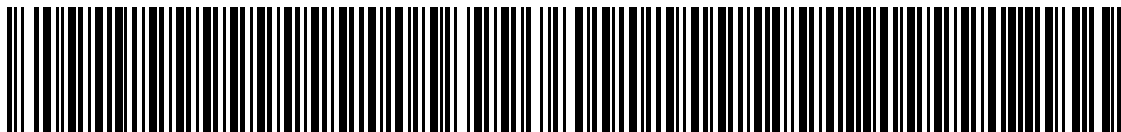
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
Atividade específica de auxílio através de consultoria técnica especializada para análise e orientação às Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Céu Azul/PR., para subsidiar os estudos e a aprovação de alterações ao PPA 2018-2021, da LDO 2019 e da LOA 2019, assim como da elaboração de Emendas Impositivas e apoio técnico na realização de Audiências Públicas. Conforme Contrato 010/2018	8.640,00	0,00	0,00	Não
CONTA CORRENTE PARA DEPÓSITO AG: 3391-X C/C: 13.455-4				

Código do Serviço 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.		Código NBS *****					
CIDE 0,00	COFINS 0,00	COFINS Importação 0,00	ICMS 0,00	IOF 0,00	IPI 0,00	PIS/PASEP 0,00	PIS/PASEP Importação 0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio 8.640,00	Valor do ISSQN Próprio 0,00	Base Cálculo ISSQN Retido 0,00	Valor do ISSQN Retido 0,00	Valor Total do ISSQN 0,00	Valor Dedução/Descontos 0,00		
Valor Total da NFS-e 8.640,00		Valor Líquido da NFS-e 8.640,00					

Informações Adicionais	
NFS-e Substituída em 17/12/2018. Motivo: Identificação da cidade do Tomador errada.. NFS-e Substituta: 201800000000225.	
NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL	
NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI Lei 12741/2012: Mun: R\$411,26; Est: R\$0,00; Fed: R\$1162,08; Total Aprox: R\$1573,34. Fonte: IBPT.	

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:09:56.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal



201800000000224e00fe989610450171000176


Recebi(emos) de VECTOR9 LTDA os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. ____/____/____ Data	201800000000224 Número da NFS-e Competência 17/12/2018 NFS-e e00fe9896	Número de Controle do Município
Identificação e assinatura do recebedor		

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:09:56.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA CEP: 85875-000 - Bairro: RESIDENCIAL MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025		Número da NFS-e	
		201800000000223	
CNPJ / CPF		Inscrição Estadual	Inscrição Municipal
10.450.171/0001-76		****	1886

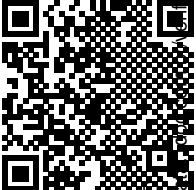
 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	06/12/2018	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR

TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social Município de Pato Bragado				Santa Terezinha de Itaipu/PR			
Endereço							
Avenida Willy Barth, 2885 - Paço Municipal							
Cidade	UF	Fone	CEP				
Pato Bragado	PR	(45) 3282-1355	85948-000				
Bairro	Centro						
CNPJ / CPF		Inscrição Municipal	Inscrição Estadual				
95.719.472/0001-05							
E-mail							
djonipato@patobragado.pr.gov.br							

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social		CNPJ / CPF	Inscrição Municipal
*****		*****	*****
E-mail		Fone	Cidade

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
Prestação de Serviços Especializados para o processamento e assessoramento na importação, controle e validação dos arquivos do Sistema DASSENDA da Receita Federal do Brasil, para controle dos Parcelamentos Tributários, entre os períodos de junho 2012 a junho de 2018. Nestes trabalhos estão incluídos o treinamento complementar dos usuários do atual sistema de informação do município. Conforme Empenho 13731/2018 Contrato 2018238/2018 Conta Corrente para Depósito BANCO DO BRASIL AG: 3391-X C/C: 13-455-4 . Alíquota Efetiva: 2,0100000000%.	8.750,00	2,01	175,88	Não

Código do Serviço		Código NBS	
17.17 - Análise de Organização e Métodos.		*****	
CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS
0,00	0,00	0,00	0,00
IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido
8.750,00	175,88	0,00	0,00
Valor Total da NFS-e	8.750,00	Valor Líquido da NFS-e	8.750,00

Informações Adicionais NFS-e Cancelada em 17/01/2019. Motivo: Inscrição Municipal do tomador de serviços consta como cancelada.. NFS-e Cancelada pelo Processo Administrativo: 1. NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI Lei 12741/2012: Mun: R\$418,25; Est: R\$0,00; Fed: R\$1176,88; Total Aprox: R\$1595,13. Fonte: IBPT.	
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:09:56.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta





2018000000002239029f8d1510450171000176


Recebi(emos) de VECTOR9 LTDA os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. ____/____/____ Data	201800000000223 Número da NFS-e Competência 06/12/2018 NFS-e 9029f8d15	Número de Controle do Município
Identificação e assinatura do recebedor		

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:09:56.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA CEP: 85875-000 - Bairro: RESID.MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025		Número da NFS-e	
		201800000000203	
CNPJ / CPF		Inscrição Estadual	Inscrição Municipal
10.450.171/0001-76		****	1886

 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	27/02/2018	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR

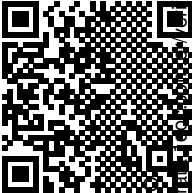
TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço					
Nome / Razão Social Município de Céu Azul Endereço Avenida Nilo Umberto Deitos, 1426 - Paço Municipal Cidade Céu Azul				Céu Azul/PR					
UF		Fone						CEP	
PR		(45) 3226-1122						85840-000	
Bairro		Inscrição Municipal						Inscrição Estadual	
Centro									
CNPJ / CPF									
76.206.473/0001-01									
E-mail									
jesse0509@hotmail.com									

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social		CNPJ / CPF	Inscrição Municipal
*****		*****	*****
E-mail		Fone	Cidade

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
Prestação de Serviços de Confeção de carnês de IPTU, Calculo no Padrão Bancário, Impressão. Conferencia e Validação de Gama de Aproximadamente 3950 carnês no formato 210 x 99mm, capa e contracapa, com papel colorido offset 90g e parcelas em papel branco 75g. Conforme Processo 10/2018, Dispensa por Limite 5/2018 e ordem de Serviço 16/2018 Conta Corrente para Depósito BANCO DO BRASIL AG: 3391-X C/C: 13.455-4	7.500,00	0,00	0,00	Não

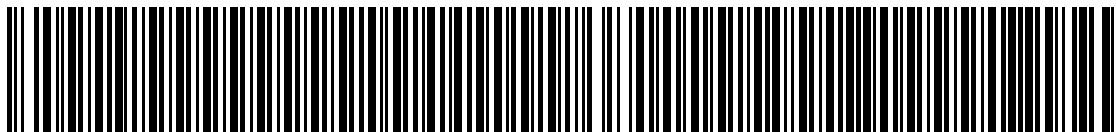
Código do Serviço	Código NBS
17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	*****

CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS	IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido	Valor Total do ISSQN	Valor Dedução/Descontos		
7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Valor Total da NFS-e	7.500,00	Valor Líquido da NFS-e	7.500,00				

Informações Adicionais NOTA EMITIDA POR ME OU EPP PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI Lei 12741/2012: Mun: R\$0,00; Est: R\$0,00; Fed: R\$0,00; Total Aprox: R\$0,00.	
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:09:56.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal



20180000000020336988ae1110450171000176


Recebi(emos) de VECTOR9 LTDA os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. ____/____/____ Data	201800000000203 Número da NFS-e Competência 27/02/2018 NFS-e 36988ae11	Número de Controle do Município
Identificação e assinatura do recebedor		

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:09:56.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA CEP: 85875-000 - Bairro: RESID.MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025		Número da NFS-e	
		201700000000197	
CNPJ / CPF		Inscrição Estadual	Inscrição Municipal
10.450.171/0001-76		****	1886

 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	21/12/2017	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR


TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social CÉU AZUL CÂMARA MUNICIPAL				CÉU AZUL/PR			
Endereço							
Avenida Nilo Umberto Deitos, 1457							
Cidade	UF	Fone	CEP				
Céu Azul	PR	(45) 3266-1122	85840-000				
Bairro	Centro						
CNPJ / CPF		Inscrição Municipal	Inscrição Estadual				
00.371.279/0001-10		ISENTO	ISENTO				
E-mail							

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social	CNPJ / CPF	Inscrição Municipal	
*****	*****	*****	
E-mail	Fone	Cidade	

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
Prestação de Serviços Especializados de Consultoria Técnica para análise e orientação às Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Céu Azul/PR., para subsidiar os estudos e a aprovação do PPA 2018-2021, da LDO 2018 e da LOA 2018, assim como da elaboração de Emendas Impositivas e apoio técnico na realização de Audiências Públicas. Conforme Contrato de Prestação de Serviços, conforme Dispensa de Licitação N.º 010/2017	6.750,00	2,00	135,00	Não
Banco p/ Depósito: BANCO DO BRASIL AG: 3391-X C/C: 13.455-4				

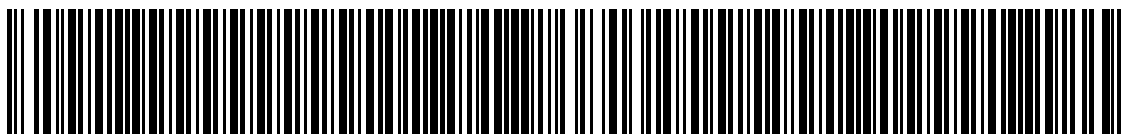
Código do Serviço	Código NBS
17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	*****

CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS	IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido	Valor Total do ISSQN	Valor Dedução/Descontos		
6.750,00	135,00	0,00	0,00	135,00	0,00		
Valor Total da NFS-e		Valor Líquido da NFS-e					
6.750,00		6.750,00					

Informações Adicionais	
NOTA EMITIDA POR ME OU EPP PELO SIMPLES NACIONAL	
NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI	
Lei 12741/2012: Mun: R\$135,00; Est: R\$0,00; Fed: R\$0,00; Total Aprox: R\$135,00.	

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:09:56.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta



2017000000001975378ae1c510450171000176


Recebi(emos) de VECTOR9 LTDA os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. ____/____/____ Data	201700000000197 Número da NFS-e Competência 21/12/2017 NFS-e 5378ae1c5	Número de Controle do Município 5378ae1c5
Identificação e assinatura do recebedor		

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:09:56.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR 9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA Telefone: 4535413025 CEP: 85875-000 - Bairro: RESID.MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025 CNPJ / CPF Inscrição Estadual Inscrição Municipal 10.450.171/0001-76 **** 1886		Número da NFS-e 201700000000191	
		Data do Serviço 09/10/2017	Código Verificador c1e02ba0

 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta	Dt. de Emissão 09/10/2017	Exigibilidade ISS Exigível	Tributado no Município Santa Terezinha de Itaipu/PR
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------	--------------------------------------	---------------------------------------------------------------

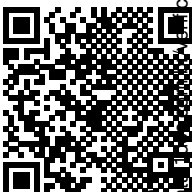
TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço	
Nome / Razão Social Município de Pato Bragado				Pato Bragado/PR	
Endereço Avenida Willy Barth, 2885 - Paço Municipal					
Cidade Pato Bragado	UF PR	Fone (45) 3282-1355	CEP 85948-000		
Bairro Centro					
CNPJ / CPF 95.719.472/0001-05		Inscrição Municipal Isento	Inscrição Estadual		
E-mail djoni@patobragado.pr.gov.br					

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social *****	CNPJ / CPF *****	Inscrição Municipal *****	E-mail
Fone		Cidade *****	E-mail

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
Execução de Atualização de Software do Setor Tributário - AR contemplando a atualização dos procedimentos específicos de atualização da Tabela de Atividades Econômicas Nacional - CNAE fiscal subclasse 2.2, incluído nos procedimentos a atualização das Tabelas do Sistema de Informação do Setor Tributário, assim como a vinculação com o Sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica do Município. Conforme Contrato 205/2017 e Pregão Presencial 124/2017. Banco para Depósito Banco do Brasil AG: 3391-x C/C: 13455-4	10.050,00	2,00	201,00	Não

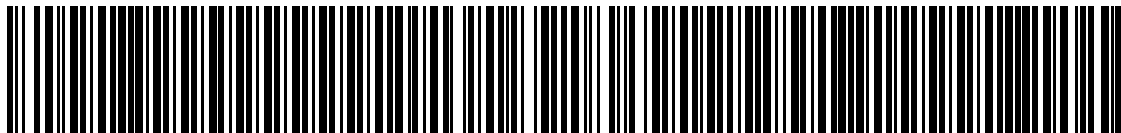
Código do Serviço 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	Código NBS *****
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------

CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS	IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido	Valor Total do ISSQN	Valor Dedução/Descontos		
10.050,00	201,00	0,00	0,00	201,00	0,00		
Valor Total da NFS-e	10.050,00	Valor Líquido da NFS-e	10.050,00				

Informações Adicionais Lei 12741/2012: Mun: R\$ 201,00; Est: R\$ 0,00; Fed: R\$ 0,00; Total: R\$ 201,00. DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI. NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI	
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:09:56.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta



201700000000191c1e02ba010450171000176

Recebi(emos) de VECTOR 9 LTDA os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. ____/____/____ Data	201700000000191 Número da NFS-e Competência 09/10/2017 NFS-e c1e02ba0	Número de Controle do Município
Identificação e assinatura do recebedor		


Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:09:56.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta

Assinado por 1 pessoa: RITA SOARES NETA FIGUEIREDO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://ubra...

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR 9 LTDA RUA RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA Telefone: 4535413025 CEP: 85875-000 - Bairro: RESID. MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025 CNPJ / CPF 10.450.171/0001-76 Inscrição Estadual **** Inscrição Municipal 1886		Número da NFS-e	
		201600000000150	
Data do Serviço		Código Verificador	
06/10/2016		8673b22b	

 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	06/10/2016	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR


TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social MUNICIPIO DE MEDIANEIRA				Medianeira/PR			
Endereço							
RUA ARGENTINA, 1546 - PAÇO MUNICIPAL							
Cidade	UF	Fone	CEP				
Medianeira	PR	(45) 3254-8600	85884-000				
Bairro	CENTRO						
CNPJ / CPF		Inscrição Municipal	Inscrição Estadual				
76.206.481/0001-58		ISENTO					
E-mail							
carlosalberto@medianeira.pr.gov.br							

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social		CNPJ / CPF	Inscrição Municipal
*****		*****	*****
E-mail		Fone	Cidade

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
Prestação de serviços especializados em Configuração de Sistemas de Informação do Setor de Tributação Municipal no que tange ao desenvolvimento e elaboração de procedimentos para a apuração dos Saldos do Imposto Sobre Serviço do Regime do Simples Nacional, englobando: Configuração do Sistema baseado na Taxa SELIC, Configuração da Dívida Ativa, Levantamento dos Saldos para Contabilização e Orientação dos usuários. Tempo total de execução: 60 horas.	6.800,00	2,00	136,00	Não
Banco para Depósito: BANCO DO BRASIL AG: 3391-X C/C: 13.455-4				

Código do Serviço	Código NBS
17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	*****

CIDE	0,00	COFINS	0,00	COFINS Importação	0,00	ICMS	0,00	IOF	0,00	IPI	0,00	PIS/PASEP	0,00	PIS/PASEP Importação	0,00	273
Base Cálculo ISSQN Próprio	6.800,00	Valor do ISSQN Próprio	136,00	Base Cálculo ISSQN Retido	0,00	Valor do ISSQN Retido	0,00	Valor Total do ISSQN	136,00	Valor Dedução/Descontos	0,00					caos
Valor Total da NFS-e	6.800,00					Valor Líquido da NFS-e	6.800,00									DF

Informações Adicionais Lei 12741/2012: Mun: R\$ 136,00; Est: R\$ 0,00; Fed: R\$ 0,00; Total: R\$ 136,00. DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI. NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI	
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:11:40.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal




2016000000001508673b22b10450171000176


Recebi(emos) de VECTOR 9 LTDA os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. ____/____/____ Data	201600000000150 Número da NFS-e Competência 06/10/2016 NFS-e 8673b22b	Número de Controle do Município
_____ Identificação e assinatura do recebedor		

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:11:40.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR 9 LTDA RUA RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO SALA DE ESQUINA Telefone:4535413025 CEP: 85875-000 - Bairro: RESID.MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025 CNPJ / CPF Inscrição Estadual Inscrição Municipal 10.450.171/0001-76 **** 1886		Número da NFS-e	
		201700000000164	
		Data do Serviço	Código Verificador
		10/02/2017	9fcf79c3

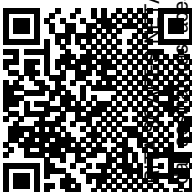
 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	10/02/2017	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR

TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social Prefeitura Municipal de Catanduvas Endereço Avenida dos Pioneiros,500 - Paço Municipal Cidade Catanduvas UF PR Fone (45) 3234-1313 CEP 85470-000 Bairro Centro CNPJ / CPF 76.208.842/0001-03 Inscrição Municipal Isento Inscrição Estadual E-mail compras@catanduvas.pr.gov.br				Catanduvas/PR			

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social	CNPJ / CPF	Inscrição Municipal	
*****	*****	*****	
E-mail	Fone	Cidade	

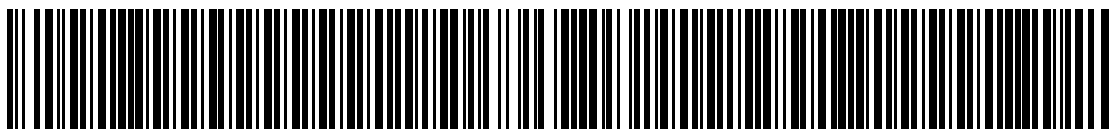
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
1 – Parametrização de Roteiros, Tabelas de Valores para Cálculo de: -Imposto Predial, Territorial, Taxas de Serviços Urbanos, Taxa de Alvará, Taxa de Vigilância Sanitária, ISSQN Fixo; -Parametrização do roteiro de calculo das dividas existentes em 2016 para 2017. 2 – Cálculo dos tributos relacionados no item 1, com emissão de rol de valores para conferência; 3 – Geração dos dados necessários para impressão dos carnes; 4 – Impressão dos Carnês das Dividas Relacionadas no Item 1.; 5 – Conferencia e Homologação dos Lotes de Carnês impressos. Contrato 001/2017 Conta Corrente para Depósito: BANCO DO BRASIL S/A AG: 3391-X C/C: 13455-4	7.500,00	2,00	150,00	Não

Código do Serviço		Código NBS	
17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.		*****	
CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS
0,00	0,00	0,00	0,00
IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido
7.500,00	150,00	0,00	0,00
Valor Total da NFS-e		Valor Líquido da NFS-e	
7.500,00		7.500,00	

Informações Adicionais Lei 12741/2012: Mun: R\$ 150,00; Est: R\$ 0,00; Fed: R\$ 0,00; Total: R\$ 150,00. DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI. NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI	
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:11:40.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal



2017000000001649fcf79c310450171000176

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e



VECTOR 9 LTDA

RUA RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO
SALA DE ESQUINA Telefone:4535413025
CEP: 85875-000 - Bairro: RESID.MONTREAL
Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR
E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com
Fone: (45) 3541-3025

, 394 -



Número da NFS-e

201700000000164

Data do Serviço

10/02/2017

Código Verificador

9fcf79c3

CNPJ / CPF

10.450.171/0001-76

Inscrição Estadual

Inscrição Municipal

1886

Recebi(emos) de

VECTOR 9 LTDA

os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado.

____/____/____
Data

Identificação e assinatura do recebedor

201700000000164

Número da NFS-e

Competência

10/02/2017

NFS-e

9fcf79c3


Número de Controle do Município

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:11:40.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.govbr.cloud//NFSe.Portal

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR 9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA Telefone: 4535413025 CEP: 85875-000 - Bairro: RESID.MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025 CNPJ / CPF 10.450.171/0001-76 Inscrição Estadual **** Inscrição Municipal 1886		Número da NFS-e	
		201700000000170	
		Data do Serviço	Código Verificador
		21/03/2017	ad4fc213


 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	21/03/2017	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR

TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social Município de Pato Bragado Endereço Avenida Willy Barth, 2885 - Paço Municipal Cidade Pato Bragado UF PR Fone (45) 3282-1355 CEP 85948-000 Bairro Centro CNPJ / CPF 95.719.472/0001-05 Inscrição Municipal Isento Inscrição Estadual E-mail djoni@patobragado.pr.gov.br				Pato Bragado/PR			

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social	CNPJ / CPF	Inscrição Municipal	
*****	*****	*****	
E-mail	Fone	Cidade	

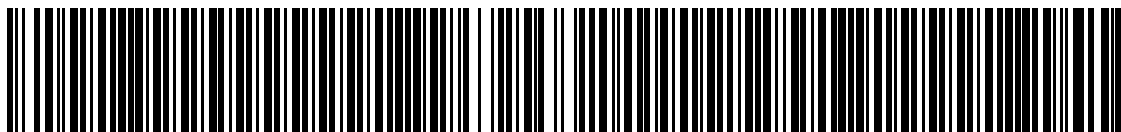
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
Prestação de Serviços Especializados nos sistemas do setor tributário Municipal e suas integrações Contábeis com os demais sistemas de informações do Município, conforme descrição a seguir: <ul style="list-style-type: none"> • Manutenção no roteiro dos cálculos de 2016 para 2017, com a inclusão de novos campos e novos cadastros a serem calculados; • Exportação de roteiros de cálculo; • Execução do cálculo de IPTU, Alvará, ISSQN e Vigilância Sanitária; • Geração dos arquivos calculados no padrão bancário, conferência e validação de gama de carnês. CONTRATO Nº 046/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 012/2017 Processo LC n.º 051 – Homologado em 17/03/2017 Banco para Depósito Banco do Brasil AG: 3391-x c/c 13.455-4	7.950,00	2,00	159,00	Não

Código do Serviço		Código NBS	
17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.		*****	
CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS
0,00	0,00	0,00	0,00
IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido
7.950,00	159,00	0,00	0,00
Valor Total da NFS-e		Valor Líquido da NFS-e	
7.950,00		7.950,00	

Informações Adicionais Lei 12741/2012: Mun: R\$ 159,00; Est: R\$ 0,00; Fed: R\$ 0,00; Total: R\$ 159,00. DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI. NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI	
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:11:40.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal



201700000000170ad4fc21310450171000176



Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e



VECTOR 9 LTDA

* RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO
DE ESQUINA Telefone:4535413025
CEP: 85875-000 - Bairro: RESID.MONTREAL
Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR
E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com
Fone: (45) 3541-3025



Número da NFS-e

201700000000170

Data do Serviço

21/03/2017

Código Verificador

ad4fc213

CNPJ / CPF

10.450.171/0001-76

Inscrição Estadual

Inscrição Municipal

1886

Recebi(emos) de

VECTOR 9 LTDA

os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado.

____/____/____
Data

Identificação e assinatura do recebedor

201700000000170

Número da NFS-e

Competência

21/03/2017

NFS-e

ad4fc213

Número de Controle do Município

Assinado por 1 pessoa: RITA SOARES NETA FIGUEIREDO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/5DF7-2739-F5D8-1C99>


Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:11:40.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal



Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR 9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA Telefone: 4535413025 CEP: 85875-000 - Bairro: RESID. MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025 CNPJ / CPF 10.450.171/0001-76 Inscrição Estadual **** Inscrição Municipal 1886		Número da NFS-e	
		201700000000169	
		Data do Serviço	Código Verificador
		17/03/2017	2458097b

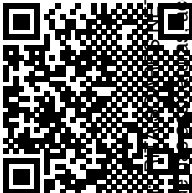
 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	17/03/2017	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR

TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço	
Nome / Razão Social Município de Rolândia Endereço Avenida Presidente Bernardes, 809 - Paço Municipal Cidade Rolândia UF PR Fone (43) 3255-8600 CEP 86600-000 Bairro Centro CNPJ / CPF 76.288.760/0001-08 Inscrição Municipal Isento Inscrição Estadual E-mail iss@rolandia.pr.gov.br				Rolândia/PR	

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social	CNPJ / CPF	Inscrição Municipal	
*****	*****	*****	
E-mail	Fone	Cidade	

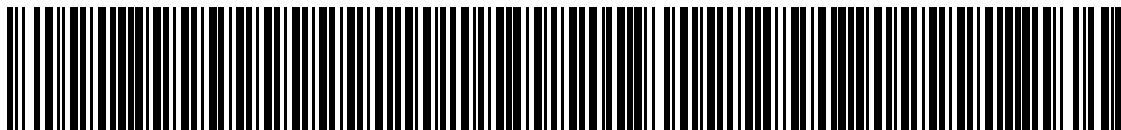
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
Prestação de serviços especializados em Configuração de Sistemas de Informação do Setor de Tributação Municipal no que tange ao desenvolvimento e elaboração de procedimentos para a apuração dos Saldos do Imposto Sobre Serviço do Regime do Simples Nacional, englobando: - Configuração do Sistema baseado na Taxa SELIC, - Configuração da Dívida Ativa, - Levantamento dos Saldos para Contabilização e - Orientação dos usuários Conforme Autorização de Compra n.º 93 / Pedido de Empenho n.º 1247 / Dispensa por Limite 07/2017 Banco para Depósito: Banco do Brasil AG: 3391-x c/c: 13.455-4	7.900,00	2,00	158,00	Não

Código do Serviço		Código NBS	
17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.		*****	
CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS
0,00	0,00	0,00	0,00
IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido
7.900,00	158,00	0,00	0,00
Valor Total da NFS-e		Valor Líquido da NFS-e	
7.900,00		7.900,00	

Informações Adicionais Lei 12741/2012: Mun: R\$ 158,00; Est: R\$ 0,00; Fed: R\$ 0,00; Total: R\$ 158,00. DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI. NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI	
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:11:40.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal



2017000000001692458097b10450171000176

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e



VECTOR 9 LTDA

* RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO , 394 - SALA
DE ESQUINA Telefone:4535413025
CEP: 85875-000 - Bairro: RESID.MONTREAL
Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR
E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com
Fone: (45) 3541-3025



Número da NFS-e

201700000000169

Data do Serviço

17/03/2017

Código Verificador

2458097b

CNPJ / CPF

10.450.171/0001-76

Inscrição Estadual

Inscrição Municipal

1886

Recebi(emos) de

VECTOR 9 LTDA

os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado.

____/____/____
Data

Identificação e assinatura do recebedor

201700000000169

Número da NFS-e

Competência

17/03/2017

NFS-e

2458097b


Número de Controle do Município

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:11:40.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR 9 LTDA RUA RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO SALA DE ESQUINA Telefone:4535413025 CEP: 85875-000 - Bairro: RESID.MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025 CNPJ / CPF Inscrição Estadual Inscrição Municipal 10.450.171/0001-76 **** 1886		Número da NFS-e	
		201600000000114	
Data do Serviço		Código Verificador	
01/02/2016		07ce068b	

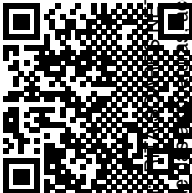
 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	01/02/2016	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR

TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social MUNICIPIO DE TAPEJARA Endereço AVENIDA TANCREDO NEVES,442 - PAÇO MUNICIPAL Cidade Tapejara UF PR Fone (44) 3677-1222 CEP 87430-000 Bairro CENTRO CNPJ / CPF Inscrição Municipal Inscrição Estadual 76.247.345/0001-06 ISENTO E-mail *****				Tapejara/PR			

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social	CNPJ / CPF	Inscrição Municipal	
*****	*****	*****	
E-mail	Fone	Cidade	

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
• Impressão dos carnes no padrão 4 por folha A4, sendo: Carne Vigilância Sanitária: 1 protocolo, 1 capa com impressão no verso, 1 parcela e 1 contra capa Carne Imposto Predial: 1 protocolo, 1 capa com impressão no verso, 1 cota, 6 ou 10 parcelas e 1 contra capa Carne Imposto Territorial: 1 protocolo, 1 capa com impressão no verso, 1 cota, 6 ou 10 parcelas e 1 contra capa Impressão monocromática (preto e branco) dos carnes no padrão FEBRABAN Empenho 106/2016 Banco para Depósito: BANCO DO BRASIL AG: 3391X C/C 13455-4	7.900,00	2,00	158,00	Não

Código do Serviço		Código NBS	
17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.		*****	
CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS
0,00	0,00	0,00	0,00
IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido
7.900,00	158,00	0,00	0,00
Valor Total da NFS-e	7.900,00	Valor Líquido da NFS-e	7.900,00

Informações Adicionais Lei 12741/2012: Mun: R\$ 158,00; Est: R\$ 0,00; Fed: R\$ 0,00; Total: R\$ 158,00. DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI. NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI	
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:12:59.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal



20160000000011407ce068b10450171000176



Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e



VECTOR 9 LTDA

RUA RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO
SALA DE ESQUINA Telefone:4535413025
CEP: 85875-000 - Bairro: RESID.MONTREAL
Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR
E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com
Fone: (45) 3541-3025

, 394 -



Número da NFS-e

201600000000114

Data do Serviço

Código Verificador

01/02/2016

07ce068b

CNPJ / CPF

10.450.171/0001-76

Inscrição Estadual

Inscrição Municipal

1886

Recebi(emos) de

VECTOR 9 LTDA

os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado.

____/____/____
Data

Identificação e assinatura do recebedor

201600000000114

Número da NFS-e

Competência

01/02/2016

NFS-e

07ce068b

Número de Controle do Município

Assinado por 1 pessoa: RITA SOARES NETA FIGUEIREDO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/5DF7-2739-F5D8-1C99>

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:12:59.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.govbr.cloud//NFSe.Portal

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

VECTOR 9 LTDA
RUA RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO
SALA DE ESQUINA Telefone:4535413025
CEP: 85875-000 - Bairro: RESID.MONTREAL
Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR
E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com
Fone: (45) 3541-3025
CNPJ / CPF **Inscrição Estadual** **Inscrição Municipal**
10.450.171/0001-76 **** 1886

Número da NFS-e
201600000000123

Data do Serviço Código Verificador
29/03/2016 **ec08eabb**

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR
Secretaria Municipal da Fazenda
Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal

Dt. de Emissão Exigibilidade ISS Tributado no Município
29/03/2016 Exigível Santa Terezinha de Itaipu/PR

TOMADOR DO SERVIÇO

Nome / Razão Social
CAMARA MUNICIPAL DE ITAIPULANDIA

Endereço
RUA RUI BARBOSA ,1741 - PRÉDIO DA CAMARA

Cidade UF Fone CEP
Itaipulândia **PR** **(45) 3558-1128** **85880-000**

Bairro
CENTRO

CNPJ / CPF Inscrição Municipal Inscrição Estadual
95.725.115/0001-50 **ISENTO**

E-mail
camara.itaipulandia@bol.com.br

Município de Prestação do Serviço

Itaipulândia/PR

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO

Nome / Razão Social CNPJ / CPF Inscrição Municipal Cidade
***** ***** ***** *****

E-mail Fone

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
Prestação de Serviços Especializados na Manutenção das Bases de Dados dos Sistemas de Informação. Neste serviço foram compreendidos: - Processos de Reindexação de todas as Bases de dados com a Recriação dos relacionamentos das chaves primárias e secundárias - Processos de Estabilização das Bases de dados para saneamento de problemas de conexão e aumento de performance na geração de relatórios. - Criação de procedimento interno de segurança da informação (Backup e Plano interno de Contingência) - Alteração dos procedimentos internos de conexão dos terminais de trabalho, para aumento de performance e segurança de operações. CONTA CORRENTE P/ DEPÓSITO: BANCO DO BRASIL AG: 3391-X C/C: 13455-4	7.770,00	2,00	155,40	Não

Código do Serviço Código NBS
17.17 - Análise de Organização e Métodos. *****

CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS	IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido	Valor Total do ISSQN	Valor Dedução/Descontos
7.770,00	155,40	0,00	0,00	155,40	0,00

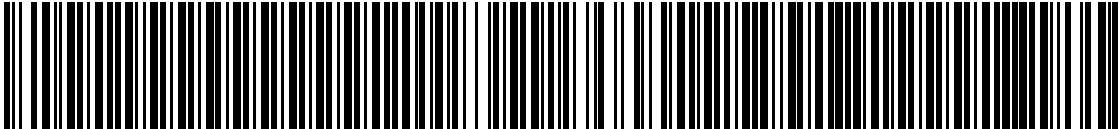
Valor Total da NFS-e	Valor Líquido da NFS-e
7.770,00	7.770,00

Informações Adicionais

Lei 12741/2012: Mun: R\$ 155,40; Est: R\$ 0,00; Fed: R\$ 0,00;
Total: R\$ 155,40. | DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL
NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI.
NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL
NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:12:59.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal



201600000000123ec08eabb10450171000176



Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e



VECTOR 9 LTDA

RUA RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO
SALA DE ESQUINA Telefone:4535413025
CEP: 85875-000 - Bairro: RESID.MONTREAL
Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR
E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com
Fone: (45) 3541-3025

, 394 -



Número da NFS-e

201600000000123

Data do Serviço

Código Verificador

29/03/2016

ec08eabb

CNPJ / CPF

10.450.171/0001-76

Inscrição Estadual

Inscrição Municipal

1886

Recebi(emos) de

VECTOR 9 LTDA

os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado.

____/____/____
Data

Identificação e assinatura do recebedor

201600000000123

Número da NFS-e

Competência

29/03/2016

NFS-e

ec08eabb


Número de Controle do Município

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:12:59.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR 9 LTDA RUA RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO SALA DE ESQUINA Telefone:4535413025 CEP: 85875-000 - Bairro: RESID.MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025 CNPJ / CPF Inscrição Estadual Inscrição Municipal 10.450.171/0001-76 **** 1886		Número da NFS-e 201600000000127	
		Data do Serviço 13/04/2016	Código Verificador 02f6768c

 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.govbr.cloud//NFS-e.Porta	Dt. de Emissão 13/04/2016	Exigibilidade ISS Exigível	Tributado no Município Santa Terezinha de Itaipu/PR
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------	--------------------------------------	---------------------------------------------------------------


TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA				Itaipulândia/PR			
Endereço Rua São Miguel do Iguaçu,1891 - Paço Municipal							
Cidade Itaipulândia	UF PR	Fone (45) 3559-8000	CEP 85880-000				
Bairro Centro							
CNPJ / CPF 95.725.057/0001-64		Inscrição Municipal ISENTO	Inscrição Estadual ISENTO				
E-mail silvasilva@hotmail.com							

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social *****	CNPJ / CPF *****	Inscrição Municipal *****	Cidade *****
E-mail		Fone	

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
Prestação de Serviços Especializados: Cálculo, Geração no Padrão Bancário, Impressão, Conferencia e Validação de Gama de aproximadamente 3.500 Carnês no Formato 210x99mm, capa e contra capa e papel colorido offset 90g e parcelas em papel banco 75g. CONTA CORRENTE PARA DEPÓSITO BANCO DO BRASIL AG: 3391-X C/C: 13.455-4	7.900,00	2,00	158,00	Não

Código do Serviço 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	Código NBS *****
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------

CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS	IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido	Valor Total do ISSQN	Valor Dedução/Descontos		
7.900,00	158,00	0,00	0,00	158,00	0,00		
Valor Total da NFS-e		7.900,00		Valor Líquido da NFS-e		7.900,00	

Informações Adicionais Lei 12741/2012: Mun: R\$ 158,00; Est: R\$ 0,00; Fed: R\$ 0,00; Total: R\$ 158,00. DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI. NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI	
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:12:59.
Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.govbr.cloud//NFS-e.Porta




Recebi(emos) de VECTOR 9 LTDA os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. _____/_____/_____ Data	201600000000127 Número da NFS-e Competência 13/04/2016 NFS-e 02f6768c	Número de Controle do Município
Identificação e assinatura do recebedor		

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:12:59.
Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.govbr.cloud//NFS-e.Porta

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR 9 LTDA RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA CEP: 85875-000 - Bairro: RESID.MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025 CNPJ / CPF 10.450.171/0001-76 Inscrição Estadual **** Inscrição Municipal 1886		Número da NFS-e 201500000000047	
		Data do Serviço 12/01/2015	Código Verificador b9c56150

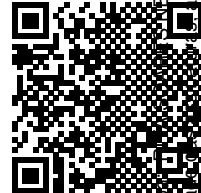
 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal	Dt. de Emissão 16/01/2015	Exigibilidade ISS Exigível	Tributado no Município Santa Terezinha de Itaipu/PR
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------	-------------------------------	--------------------------------------------------------

TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social Município de Rolândia				Rolândia/PR			
Endereço Avenida Presidente Bernardes,809 - Paço Municipal							
Cidade Rolândia	UF PR	Fone (43) 3255-8600	CEP 86600-000				
Bairro Centro							
CNPJ / CPF 76.288.760/0001-08		Inscrição Municipal Isento	Inscrição Estadual				
E-mail iss@rolandia.pr.gov.br							

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social *****	CNPJ / CPF *****	Inscrição Municipal *****	E-mail
Fone		Cidade *****	E-mail

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
1 - Parametrização de Roteiros, Tabelas de Valores para Cálculo de: *Imposto Predial, Territorial e Taxas de Serviços Urbanos, Issqn Fixo, Alvará e Vigilancia Sanitária *Parametrização do roteiro de calculo das dividas existentes em 2014 para 2015. 2 - Cálculo dos tributos relacionados no item 1, com emissão de rol de valores para conferência; 3 - Geração dos dados necessários para impressão dos carnes por parte da Gráfica; 4 - Análise e conferência dos dados impressos nos carnes. CONTA CORRENTE PARA DEPÓSITO: BANCO DO BRASIL AG: 3391-X C/C: 13.455-4	7.800,00	2,00	156,00	Não

Código do Serviço 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.		Código NBS *****	
CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS
0,00	0,00	0,00	0,00
IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido
7.800,00	156,00	0,00	0,00
Valor Total da NFS-e		Valor Líquido da NFS-e	
7.800,00		7.800,00	

Informações Adicionais NFS-e Gerada em Substituição a NFS-e de número 201500000000046.Lei 12741/2012: Mun: R\$ 156,00; Est: R\$ 0,00; Fed: R\$ 0,00; Total: R\$ 156,00. DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI. NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:15:41.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal



201500000000047b9c5615010450171000176

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e



VECTOR 9 LTDA

. RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO , 394 - SALA
DE ESQUINA Telefone:4535413025
CEP: 85875-000 - Bairro: RESID.MONTREAL
Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR
E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com
Fone: (45) 3541-3025



Número da NFS-e

201500000000047

Data do Serviço

12/01/2015

Código Verificador

b9c56150

CNPJ / CPF

10.450.171/0001-76

Inscrição Estadual

Inscrição Municipal

1886

Recebi(emos) de

VECTOR 9 LTDA

os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado.

____/____/____
Data

Identificação e assinatura do recebedor

201500000000047

Número da NFS-e

Competência

12/01/2015

NFS-e

b9c56150


Número de Controle do Município

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:15:41.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR 9 LTDA . RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO , 394 - SALA DE ESQUINA Telefone:4535413025 CEP: 85875-000 - Bairro: RESID.MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025 CNPJ / CPF Inscrição Estadual Inscrição Municipal 10.450.171/0001-76 **** 1886		Número da NFS-e	
		201500000000079	
		Data do Serviço	Código Verificador
		16/06/2015	b5f9505e

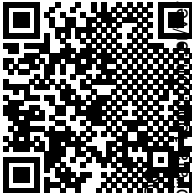
 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	16/06/2015	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR

TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social Município de Pato Bragado Endereço Avenida Willy Barth,2885 - Paço Municipal Cidade Pato Bragado UF PR Fone (45) 3282-1355 CEP 85948-000 Bairro Centro CNPJ / CPF 95.719.472/0001-05 Inscrição Municipal Isento Inscrição Estadual E-mail djoni@patobragado.pr.gov.br				Pato Bragado/PR			

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social		CNPJ / CPF	Inscrição Municipal
*****		*****	*****
E-mail		Fone	Cidade

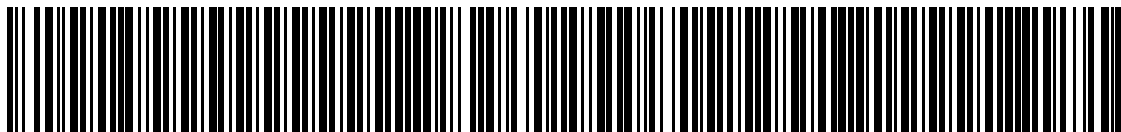
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
Prestação de Serviços Especializados para Integração dos Dados dos Sistemas de Informação do Município, com o Sistema de Implantação Nacional do SEBRAE "REDE SIM FEDERAL". Os procedimentos foram descritos detalhadamente em Relatório Geral enviado ao Depto de Tributação para o Aceite do Serviço Executado PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2015 CONTA CORRENTE PARA DEPÓSITO: BANCO DO BRASIL AG: 3391-X C/C: 13.455-4	12.800,00	2,00	256,00	Não

Código do Serviço		Código NBS	
17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.		*****	
CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS
0,00	0,00	0,00	0,00
IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido
12.800,00	256,00	0,00	0,00
Valor Total da NFS-e		Valor Líquido da NFS-e	
12.800,00		12.800,00	

Informações Adicionais Lei 12741/2012: Mun: R\$ 256,00; Est: R\$ 0,00; Fed: R\$ 0,00; Total: R\$ 256,00. DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI. NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI	
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:15:41.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta



201500000000079b5f9505e10450171000176


Recebi(emos) de VECTOR 9 LTDA os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. ____/____/____ Data	201500000000079 Número da NFS-e Competência 16/06/2015 NFS-e b5f9505e	Número de Controle do Município
Identificação e assinatura do recebedor		

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:15:41.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR 9 LTDA . RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO , 394 - SALA DE ESQUINA Telefone:4535413025 CEP: 85875-000 - Bairro: RESID.MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025 CNPJ / CPF Inscrição Estadual Inscrição Municipal 10.450.171/0001-76 **** 1886		Número da NFS-e	
		201500000000048	
		Data do Serviço	Código Verificador
		23/01/2015	835d82a8


 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	23/01/2015	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR

TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU				Santa Terezinha de Itaipu/PR			
Endereço . RUA JOÃO XXIII,144 - Telefone:0							
Cidade	UF	Fone	CEP				
Santa Terezinha de Itaipu	PR	*****	85875-000				
Bairro							
CENTRO							
CNPJ / CPF		Inscrição Municipal	Inscrição Estadual				
75.425.314/0001-35		2769	0				
E-mail							
gilberto.dirsul@gmail.com							

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social	CNPJ / CPF	Inscrição Municipal	
*****	*****	*****	
E-mail	Fone	Cidade	

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS CONFORME SEGUE ABAIXO: . Exportação, Edição e Importação dos Roteiros de Cálculo para as Dividas de IPTU do Exercício de 2015. . Cálculo Geral do IPTU 2015 assim como suas taxas e outros tributos que formam a Divida por completo . Geração, Validação e Conferencia dos arquivos para impressão. . Conferencia e Validação dos carnês impressos. CONTA P/ DEPÓSITO: BANCO DO BRASIL AG:3391-X C/C: 13.455-4	4.500,00	2,00	90,00	Sim

Código do Serviço		Código NBS	
17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.		*****	
CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS
0,00	0,00	0,00	0,00
IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido
0,00	0,00	4.500,00	90,00
Valor Total da NFS-e		Valor Líquido da NFS-e	
4.500,00		4.410,00	

Informações Adicionais Lei 12741/2012: Mun: R\$ 90,00; Est: R\$ 0,00; Fed: R\$ 0,00; Total: R\$ 90,00. DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI. NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI	
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:15:41.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal



201500000000048835d82a810450171000176

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e



VECTOR 9 LTDA

. RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO , 394 - SALA
DE ESQUINA Telefone:4535413025
CEP: 85875-000 - Bairro: RESID.MONTREAL
Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR
E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com
Fone: (45) 3541-3025



Número da NFS-e

201500000000048

Data do Serviço

23/01/2015

Código Verificador

835d82a8

CNPJ / CPF

10.450.171/0001-76

Inscrição Estadual

Inscrição Municipal

1886

Recebi(emos) de

VECTOR 9 LTDA

os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado.

____/____/____
Data

Identificação e assinatura do recebedor

201500000000048

Número da NFS-e

Competência

23/01/2015

NFS-e

835d82a8


Número de Controle do Município

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:15:41.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA CEP: 85875-000 - Bairro: RESIDENCIAL MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025		Número da NFS-e	
		201900000000244	
CNPJ / CPF 10.450.171/0001-76		Inscrição Estadual ****	Inscrição Municipal 1886
		Data do Serviço 29/10/2019	Código Verificador a9ae563ab

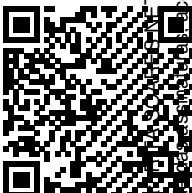
 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta	Dt. de Emissão 29/10/2019	Exigibilidade ISS Exigível	Tributado no Município Santa Terezinha de Itaipu/PR
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------	--------------------------------------	---------------------------------------------------------------

TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DE IGUAÇU				São Miguel do Iguaçu/PR			
Endereço R VANIO GHELLERE,64 - PAÇO MUNICIPAL							
Cidade São Miguel do Iguaçu	UF PR	Fone (45) 3565-8100	CEP 85877-000				
Bairro CENTRO							
CNPJ / CPF 76.206.499/0001-50		Inscrição Municipal ISENTO	Inscrição Estadual ISENTO				
E-mail *****							

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social *****	CNPJ / CPF *****	Inscrição Municipal *****	C99 5DF7-2739-F5D8-1C99 e informe o código 5DF7-2739-F5D8-1C99
E-mail *****	Fone *****	Cidade *****	

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
<p>Serviços especializados em microinformática na instalação, configuração e migração de gerenciador de banco de dados dos anos de 2002 a 2012 instalados no município de São Miguel do Iguaçu: SQL SERVER R2 para a versão atual do gerenciador: SQL SERVER 2014 R2; serviços de reinstalação, atualização, configuração operacional, parametrização e configuração de acesso a rede com a possibilidade de acesso aos demais terminais, disponibilizando a consulta e geração de relatórios dos sistemas instalados. Serviço de treinamento e capacitação aos usuários; controle e segurança no acesso para a preservação dos dados; cópia sombra dos dados atuais para que todos os processos possam serem realizados e refeitos caso necessário. Nos serviços prestados estão inclusos as migrações das bases de dados, manutenções dos mesmos (reindexação e compactação), procedimento de backup automático e demais processos de contingência necessários para o perfeito funcionamento das diretrizes de segurança dos dados.</p> <p>CONFORME PREGÃO PRESENCIAL 157/2019 - EMPENHO 10620/2019</p> <p>CONTA CORRENTE P/ DEPÓSITO: BANCO DO BRASIL AG: 3391-X C/C 13.455-4</p>	32.600,00	0,00	0,00	Não

Código do Serviço 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.		Código NBS *****	
CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS
0,00	0,00	0,00	0,00
IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido
32.600,00	0,00	0,00	0,00
Valor Total da NFS-e		Valor Líquido da NFS-e	
32.600,00		32.600,00	

Informações Adicionais NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI Lei 12741/2012: Mun: R\$1551,76; Est: R\$0,00; Fed: R\$4384,70; Total Aprox: R\$5936,46. Fonte: IBPT.	
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:18:53.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta



201900000000244a9ae563ab10450171000176



Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e



VECTOR9 LTDA

* RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA
CEP: 85875-000 - Bairro: RESIDENCIAL MONTREAL
Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR
E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com
Fone: (45) 3541-3025



Número da NFS-e

201900000000244

Data do Serviço

29/10/2019

Código Verificador

a9ae563ab

CNPJ / CPF

10.450.171/0001-76

Inscrição Estadual

Inscrição Municipal

1886

Recebi(emos) de

VECTOR9 LTDA

os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado.

____/____/____
Data

Identificação e assinatura do recebedor

201900000000244

Número da NFS-e

Competência

29/10/2019

NFS-e

a9ae563ab


Número de Controle do Município

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:18:53.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA CEP: 85875-000 - Bairro: RESIDENCIAL MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025		Número da NFS-e	
		201900000000243	
CNPJ / CPF 10.450.171/0001-76		Inscrição Estadual ****	Inscrição Municipal 1886
		Data do Serviço	Código Verificador
		25/10/2019	56f2e4c61

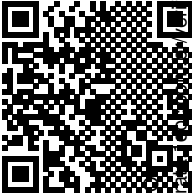
 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	25/10/2019	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR

TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social CAMARA MUNICIPAL DE ITAIPULANDIA				Itaipulândia/PR			
Endereço RUA RUI BARBOSA, 1741 - PRÉDIO DA CAMARA							
Cidade	UF	Fone	CEP				
Itaipulândia	PR	(45) 3558-1128	85880-000				
Bairro							
CENTRO							
CNPJ / CPF		Inscrição Municipal		Inscrição Estadual			
95.725.115/0001-50							
E-mail							
camara.itaipulandia@bol.com.br							

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social	CNPJ / CPF	Inscrição Municipal	
*****	*****	*****	
E-mail	Fone	Cidade	

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM PROCESSAMENTO DE DADOS, MANUTENÇÃO E VALIDAÇÃO DE BASES DE DADOS CONFORME RELATÓRIO FINAL DE ATENDIMENTO ENVIADO AO ORGÃO. PROCESSO DE DISPENSA 008/2019 CONTA PARA DEPÓSITO: BANCO DO BRASIL AG: 3391-X C/C: 13455-4	12.400,00	0,00	0,00	Não

Código do Serviço		Código NBS					
17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.		*****					
CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS	IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido	Valor Total do ISSQN	Valor Dedução/Descontos		
12.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Valor Total da NFS-e		Valor Líquido da NFS-e		12.400,00			
12.400,00							

Informações Adicionais Matrícula CEI da Obra: Não se aplica. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART: Não se aplica. NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI Lei 12741/2012: Mun: R\$590,24; Est: R\$0,00; Fed: R\$1667,80; Total Aprox: R\$2258,04. Fonte: IBPT.	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:18:54.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal



20190000000024356f2e4c6110450171000176


Recebi(emos) de VECTOR9 LTDA os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. ____/____/____ Data	Identificação e assinatura do recebedor	201900000000243 Número da NFS-e Competência 25/10/2019 NFS-e 56f2e4c61	Número de Controle do Município
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:18:54.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA CEP: 85875-000 - Bairro: RESIDENCIAL MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025		Número da NFS-e	
		201900000000233	
CNPJ / CPF		Inscrição Estadual	Inscrição Municipal
10.450.171/0001-76		****	1886

 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	06/05/2019	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR

TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço					
Nome / Razão Social Prefeitura Municipal de Catanduvas Endereço Avenida dos Pioneiros,500 - Paço Municipal Cidade Catanduvas				Catanduvas/PR					
UF		Fone						CEP	
PR		(45) 3234-1313						85470-000	
Bairro								CNPJ / CPF	
Centro								76.208.842/0001-03	
Inscrição Municipal				Inscrição Estadual					
E-mail				compras@catanduvas.pr.gov.br					

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social		CNPJ / CPF	Inscrição Municipal
*****		*****	*****
E-mail		Fone	Cidade

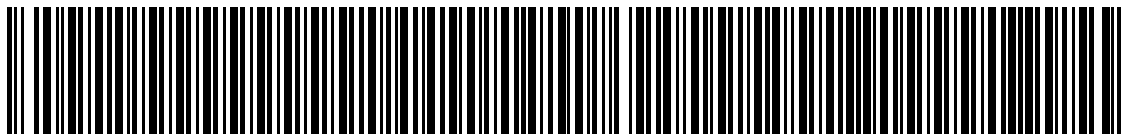
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS GERAÇÃO, MONTAGEM E IMPRESSÃO DAS DIVIDAS DE IPTU, ALVARÁ, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, TAXAS DE SERVIÇOS URBANOS E ISSQN FIXO PARA O EXERCÍCIO DE 2019. CONFORME CONTRATO 058/2019 CONTA CORRENTE PARA DEPÓSITO: BANCO DO BRASIL AG: 3391-X C/C: 13-455-4	10.500,00	0,00	0,00	Não

Código do Serviço		Código NBS	
17.17 - Análise de Organização e Métodos.		*****	
CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS
0,00	0,00	0,00	0,00
IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido
10.500,00	0,00	0,00	0,00
Valor Total da NFS-e	10.500,00	Valor Líquido da NFS-e	10.500,00

Informações Adicionais NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI Lei 12741/2012: Mun: R\$501,90; Est: R\$0,00; Fed: R\$1412,25; Total Aprox: R\$1914,15. Fonte: IBPT.	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:18:54.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal



201900000000233691569a0510450171000176

Recebi(emos) de VECTOR9 LTDA os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. ____/____/____ Data	201900000000233 Número da NFS-e Competência 06/05/2019 NFS-e 691569a05	Número de Controle do Município
Identificação e assinatura do recebedor		


Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:18:54.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal



Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA CEP: 85875-000 - Bairro: RESIDENCIAL MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025		Número da NFS-e	
		202500000000330	
CNPJ / CPF		Inscrição Estadual	Inscrição Municipal
10.450.171/0001-76		****	1886

 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal	Dt. de Emissão	Exigibilidade ISS	Tributado no Município
	31/01/2025	Exigível	Santa Terezinha de Itaipu/PR


TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social				Cidade Gaúcha/PR			
MUNICIPIO DE CIDADE GAUCHA							
Endereço							
RUA 25 DE JULHO,1814 - PAÇO MUNICIPAL							
Cidade	UF	Fone	CEP				
Cidade Gaúcha	PR	(44) 3675-1172	87820-000				
Bairro							
CENTRO							
CNPJ / CPF				Inscrição Municipal			
75.377.200/0001-67				ISENTO			
Inscrição Estadual				ISENTO			
E-mail							

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social		CNPJ / CPF	Inscrição Municipal
*****		*****	*****
E-mail		Fone	Cidade

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA IMPORTAÇÃO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS, EDIÇÃO, CÁLCULO E INCLUSÃO DOS IMPOSTOS E TAXAS ANUAIS (IPTU, ALVARÁ, COLETA DE LIXO) E ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO QUANTO AOS PROCESSOS DE IMPRESSÃO DOS CARNÊS CONTA CORRENTE P/ DEPÓSITO: BANCO DO BRASIL S/A - AG:3391-X - C/C: 13.455-4 EMPRESA OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL DISPENSADA DA RETENÇÃO DO EFD/REINF CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012, ART 4º INCISO XI	11.000,00	0,00	0,00	Não

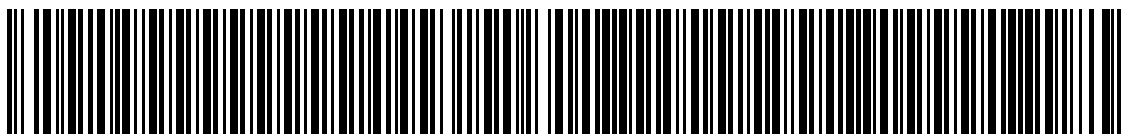
Código do Serviço	Código NBS
17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	*****

CIDE	COFINS	COFINS Importação	ICMS	IOF	IPI	PIS/PASEP	PIS/PASEP Importação
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio	Valor do ISSQN Próprio	Base Cálculo ISSQN Retido	Valor do ISSQN Retido	Valor Total do ISSQN	Valor Dedução/Descontos		
11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Valor Total da NFS-e		Valor Líquido da NFS-e		11.000,00			

Informações Adicionais	
NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL	
NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI	
Lei 12741/2012: Mun: R\$523,60; Est: R\$0,00; Fed: R\$1479,50; Total Aprox: R\$2003,10. Fonte: IBPT.	

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:05:39.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal



202500000000330c42e1170510450171000176


Recebi(emos) de VECTOR9 LTDA os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. ____/____/____ Data	202500000000330 Número da NFS-e Competência 31/01/2025 NFS-e c42e11705	Número de Controle do Município
Identificação e assinatura do recebedor		

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:05:39.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 VECTOR9 LTDA * RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA CEP: 85875-000 - Bairro: RESIDENCIAL MONTREAL Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com Fone: (45) 3541-3025		Número da NFS-e	
		202500000000331	
CNPJ / CPF 10.450.171/0001-76		Inscrição Estadual ****	Inscrição Municipal 1886
		Data do Serviço 03/02/2025	Código Verificador fbfd3b744

 MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR Secretaria Municipal da Fazenda Fone: (45) 3541-1184 - Ramal: 253 santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta	Dt. de Emissão 03/02/2025	Exigibilidade ISS Exigível	Tributado no Município Santa Terezinha de Itaipu/PR
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------	--------------------------------------	---------------------------------------------------------------

TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço			
Nome / Razão Social Prefeitura Municipal de Catanduvas				Catanduvas/PR			
Endereço Avenida dos Pioneiros,500 - Paço Municipal							
Cidade Catanduvas	UF PR	Fone (45) 3234-1313	CEP 85470-000				
Bairro Centro							
CNPJ / CPF 76.208.842/0001-03		Inscrição Municipal					
E-mail compras@catanduvas.pr.gov.br		Inscrição Estadual					

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO			
Nome / Razão Social *****		CNPJ / CPF *****	Inscrição Municipal *****
E-mail		Fone	Cidade *****

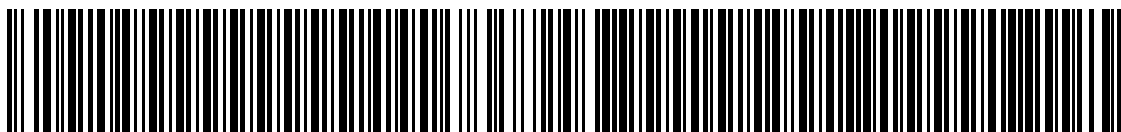
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL	ALIQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE, ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS INTERNOS DO MUNICÍPIO. SUPORTE AS EMPRESAS NO QUE TANGE À ESCRITURAÇÃO FISCAL CONTRATO 356/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2023 Processo Administrativo Nº 139/2023 CONTA CORRENTE P/ DEPÓSITO: BANCO DO BRASIL S/A - AG:3391-X - C/C: 13.455-4 EMPRESA OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL DISPENSADA DA RETENÇÃO DO EFD/REINF CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012, ART 4º INCISO XI	3.098,22	0,00	0,00	Não

Código do Serviço 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.		Código NBS *****	
CIDE 0,00	COFINS 0,00	COFINS Importação 0,00	ICMS 0,00
IOF 0,00	IPI 0,00	PIS/PASEP 0,00	PIS/PASEP Importação 0,00
Base Cálculo ISSQN Próprio 3.098,22	Valor do ISSQN Próprio 0,00	Base Cálculo ISSQN Retido 0,00	Valor do ISSQN Retido 0,00
Valor Total da NFS-e 3.098,22		Valor Líquido da NFS-e 3.098,22	

Informações Adicionais NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI Lei 12741/2012: Mun: R\$147,48; Est: R\$0,00; Fed: R\$416,71; Total Aprox: R\$564,19. Fonte: IBPT.	
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:05:40.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFS-e.Porta



202500000000331fbfd3b74410450171000176



Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e



VECTOR9 LTDA

* RUA MARIO GONCALVES ISQUIERDO, 394 - SALA DE ESQUINA
CEP: 85875-000 - Bairro: RESIDENCIAL MONTREAL
Município: Santa Terezinha de Itaipu - PR
E-mail: gilberto.dirsul@gmail.com
Fone: (45) 3541-3025



Número da NFS-e

202500000000331

Data do Serviço

03/02/2025

Código Verificador

fbfd3b744

CNPJ / CPF

10.450.171/0001-76

Inscrição Estadual

Inscrição Municipal

1886

Recebi(emos) de

VECTOR9 LTDA

os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado.

____/____/____
Data

Identificação e assinatura do recebedor

202500000000331

Número da NFS-e

Competência

03/02/2025

NFS-e

fbfd3b744

Número de Controle do Município

Assinado por 1 pessoa: RITA SOARES NETA FIGUEIREDO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/5DF7-2739-F5D8-1C99>

Consulta realizada em 27/02/2025 às 08:05:40.

Para consultar a autenticidade acesse: santaterezinhaitaipu.gov.br.cloud//NFSe.Portal



QR Code



Verifique a autenticidade do documento lendo o QR code com o aplicativo Vio.

Documento de Identificação

Este documento digital pode ser utilizado para sua identificação, não sendo necessária a apresentação de documento complementar, conforme Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022.

IDBRA031195049003119504939<<<8
8006189M3312094BRA<<<<<<<<<<4
LUIZ<SCHMIDT<<GILBERTO<<<<<<<<

Título de eleitor		Tipo sanguíneo/ Fator RH	
Estado civil Solteiro(a)		Doador de Órgãos	
Assinatura 		Certidão de Nasc/ Casamento/ Averb. Divórcio C.NASC 11304 FO STA TER ITAIPU DIS. LV 11A FL 227	
CNH	Categoria	PIS / PASEP	
NIS	NIT	Carteira de trabalho	
DNI		CNS	
Observação de Saúde			

Assinado por 1 pessoa: RITA SOARES NETA FIGUEIREDO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://brasil.gov.br/validar>





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

P
R

NOME

GILBERTO LUIZ SCHMIDT

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF

42123463 SESP PR

CPF

031.195.049-39

DATA NASCIMENTO

18/06/1980

FILIAÇÃO

JOAO ODEMAR SCHMIDT

SOELI DALBOSCO SCHMIDT

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

AB

Nº REGISTRO

00393197363

VALIDADE

30/06/2031

1ª HABILITAÇÃO

06/07/1998

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL

2220735469

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

46155020798
PR919971879

PARANÁ

DENATRAN

CONTRAN

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, PR

DATA EMISSÃO

01/07/2021

2220735469

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.


SERPRO / SENATRAN



PROCURAÇÃO

Através do presente Instrumento particular de Mandato, o outorgante, SR. GILBERTO LUIZ SCHMIDT Solteiro, Analista Tributário, domiciliado na Rua Mario Gonçalves Isquierdo, 394, Jardim Montreal, da cidade de Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná, Inscrito sob o RG 83047224 SSP-PR e o CPF 04083413948, Sócio Proprietário da Empresa Vector9 Ltda, inscrita sob o CNPJ 10.450.171/0001-76, o nomeia a si próprio, outorgando-lhe amplos gerais e ilimitados poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, para que possam assim realizar todos os atos que forem necessários para a **Administração da Empresa Vector9 Ltda**, que tem como sócio Administrador, a acima citada. Empresa esta situada na Rua Mario Gonçalves Isquierdo, 394, Jardim Montreal, da cidade de Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná, Inscrito sob o **CNPJ 10.450.171/0001-76**, inclusive assinar todos os documentos necessários para a participação em Licitações, Assinatura de Contratos, Aditivos Contratuais, admitir e dispensar empregados, adquirir e retirar documentos perante qualquer órgão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) ou outras entidades governamentais de repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais também junto a particulares ou empresas privadas. Dando tudo por valioso, esta procuração tem validade por tempo indeterminado.

Santa Terezinha de Itaipu – Estado do Paraná – Brasil em 11 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente
 GILBERTO LUIZ SCHMIDT
Data: 11/03/2025 16:22:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GILBERTO LUIZ SCHMIDT

CPF 03119504939

Assinado por 1 pessoa: RITA SOARES NETA FIGUEIREDO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/5DF7-2739-F5D8-1C99> e informe o código 5DF7-2739-F5D8-1C99

VECTOR9 LTDA ME
CNPJ – 10.450.171/0001-76
PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ



Por este instrumento particular, **GILBERTO LUIZ SCHMIDT**, brasileiro, solteiro, maior, do comércio, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.212.346-4, SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 031.195.049-39, residente e domiciliado na Rua dos Bandeirantes, nº 530, centro, neste Município de Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná, e **CLEICI QUEIROS BAIRROS**, brasileira, solteira, maior, do comércio, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.304.722-4, SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 040.834.139-48, residente e domiciliada na Rua dos Bandeirantes, nº 530, centro, neste Município de Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná, únicos sócios componentes da sociedade que gira sob o nome empresarial de "**VECTOR9 LTDA ME**", com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 41206317348 por despacho em Sessão de 08 de Outubro de 2008, resolvem alterar aquele instrumento mediante as cláusulas e condições seguintes:


CLÁUSULA PRIMEIRA: A empresa passa a ter sua sede e foro na Rua Mario Gonçalves Isquierdo, nº 296, Conjunto Residencial Montreal, na cidade de Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA: O ramo de atividade passa a ser: Consultoria em tecnologia da informação – CNAE: 62.04-0-00 Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária – CNAE: 69.20-6-02 e Atividades de ensino na área pedagógica ligadas a educação infantil, orientação e supervisão – CNAE: 85.99-6-99.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais que não colidirem com o disposto neste instrumento.

E, por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas o presente instrumento, em quatro vias de igual teor e forma, devidamente rubricados pelos sócios, a margem de suas folhas, que se obrigam fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Santa Terezinha de Itaipu, 26 de Julho de 2010.



GILBERTO LUIZ SCHMIDT



CLEICI QUEIROS BAIRROS



THIAGO F. S. FORMENTIN
RG N.º 9.430.291-9/PR
CPF N.º 059.137.889-23



PATRICIA DIAS STACHELSKI
RG N.º 7.341.244-7/PR
CPF N.º 058.825.159-39



DOCUMENTO ELABORADO POR VILSON DATSCH, CRC/PR nº. 023.357-O-6/PR.



**VECTOR9 LTDA.
CONTRATO SOCIAL**

Por este instrumento particular, **GILBERTO LUIZ SCHMIDT**, brasileiro, solteiro, maior, do comércio, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.212.348-3 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 031195049-39, residente e domiciliado na Rua dos Bandeirantes, nº 530, centro, neste Município de Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná, e **CLEICI QUEIROS BAIROS**, brasileira, solteira, maior, do comércio, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.304.722-4 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 040.834.139-48, residente e domiciliada na Rua dos Bandeirantes, nº 530, centro, neste Município de Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná, ajustam constituir entre si, uma sociedade empresária limitada, que se regerá pela legislação aplicável a matéria e as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de **VECTOR9 LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade terá sua sede e foro na Rua dos Bandeirantes, nº 530, centro, CEP 85875-000, na cidade de Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná.

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto da sociedade será: Consultoria em tecnologia da informação, assessoria contábil e tributária.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade iniciará suas atividades em 15 de outubro de 2008, e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: O capital social será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) dividido em 10.000 (dez mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma, e fica assim distribuído entre os sócios:

1) **GILBERTO LUIZ SCHMIDT**, a quantia de 5.000 (cinco mil) quotas, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), integralizado neste ato, em moeda corrente do País;

2) **CLEICI QUEIROS BAIROS**, a quantia de 5.000 (cinco mil) quotas, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), integralizado neste ato, em moeda corrente do País;

Parágrafo Primeiro: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo Segundo: As quotas não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo se com autorização de sócios, que representem a maioria absoluta do capital social.

CLÁUSULA SEXTA: Os sócios participarão dos lucros e prejuízos na proporção das respectivas quotas de capital e serão apurados trimestralmente ou anualmente.

Jc

[Handwritten signature]

J.A.M.

[Handwritten signature]



**VECTOR9 LTDA.
CONTRATO SOCIAL**

Parágrafo Primeiro: Os sócios poderão de comum acordo, efetuar a distribuição de lucros que a sociedade obtiver a qualquer momento, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes.

Parágrafo Segundo: Os sócios são obrigados a reposição dos lucros, se os mesmos forem distribuídos com prejuízo do capital.

CLÁUSULA SÉTIMA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o prévio e expresso consentimento, dos outros sócios, aos quais fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência, para a sua aquisição se postas à venda. Caso seja realizada a cessão de quotas, deverá ser formalizada a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA: O sócio que desejar transferir suas quotas deverá notificar por escrito aos sócios remanescentes, discriminando o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem o direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo a critério do sócio alienante. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser vendidas a terceiros, que não participam do capital social da sociedade antes da referida cessão ou transferência.

CLÁUSULA NONA: A administração da sociedade será exercida pelo sócio **GILBERTO LUIZ SCHMIDT**, anteriormente qualificado, sendo o prazo do mandato indeterminado, tomando posse no ato da assinatura do presente contrato.

Parágrafo Primeiro: Os administradores são dispensados da caução, podendo ser destituída sem direito a qualquer indenização, por deliberação expressa, de no mínimo 2/3 (dois terços) dos titulares do capital social, cuja alteração de contrato deverá ser averbada no registro competente no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Segundo: Compete aos Administradores o uso do nome empresarial, podendo, para tanto, realizarem, individualmente, todos os atos necessários ou convenientes para gerenciarem, dirigirem e orientarem os negócios da sociedade e os assuntos relacionados à mesma, podendo abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, assumir obrigações, assinar e celebrar contratos, assumir compromissos profissionais de âmbito nacional, representar a sociedade perante terceiros, repartições públicas federais, estaduais, municipais e autarquias, estabelecimentos bancários ou quaisquer instituições financeiras, para representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele.

Parágrafo Terceiro: Os Administradores receberam, a título de remuneração, um pró-labore mensal, cuja quantia será fixada de comum acordo, entre os sócios quotistas.

Parágrafo Quarto: Os administradores responderam solidariamente, perante a sociedade e terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções.

Parágrafo Quinto: É vedado aos administradores e a qualquer procurador por ele constituído, prestar em nome da sociedade, avais, fianças e/ou praticar quaisquer

9c

[Handwritten signature]

J.A.M.

[Handwritten signature]

VECTOR9 LTDA.
CONTRATO SOCIAL

atos de favor, estranhos ao interesse social, bem como de agir por modo de representação diversa do estabelecido neste instrumento, sob pena de serem nulos e de nenhum efeito os atos assim praticados, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, salvo se os respectivos atos tiverem sido previamente aprovados por deliberação unânime, dos demais sócios quotistas.

CLÁUSULA DÉCIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestaram contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Parágrafo Único: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e poderão designar outro administrador, se for do interesse dos sócios quotistas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os sócios quotistas deverão se reunir anualmente em observância ao contido no parágrafo único da cláusula décima, deste instrumento, até o término do quarto (4º) mês seguinte ao final do exercício financeiro, ou seja, até a data limite de trinta de abril (30/04) em uma reunião ordinária. Os sócios quotistas poderão, ainda, se reunir extraordinariamente a qualquer momento, sempre que necessário, mediante prévia convocação.

Parágrafo Primeiro: Nas reuniões, ordinárias ou extraordinárias, que porventura venham a se instalar, será necessária a presença de sócios quotistas representando, no mínimo, três quartos do capital social da sociedade em primeira convocação e, em segunda, com qualquer número.

Parágrafo Segundo: As reuniões serão presididas pelo sócio quotista, ou seu representante legal, que for escolhido pela maioria dos sócios quotistas presentes. Caberá ao presidente da reunião a escolha do secretário.

Parágrafo Terceiro: As convocações formais para as reuniões de sócios poderão ser dispensadas quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quarto: As deliberações dos sócios quotistas serão tomadas por voto ou por escrito, que determina:

- 1) No mínimo 3/4 (três quartos) do capital social para modificação do contrato social, incorporação, fusão, cisão, dissolução, transformação do tipo societário da sociedade, ou a cessação de estado de liquidação;
- 2) A maioria absoluta do capital social, nos demais casos previstos em lei ou no presente contrato, salvo se este contrato não exigir maioria elevada.

4c

[Handwritten signature]

J. A. M.

[Handwritten signature]

**VECTOR9 LTDA.
CONTRATO SOCIAL**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Em caso de falecimento de qualquer sócio, a sociedade poderá continuar com suas atividades com os herdeiros e/ou sucessores do "de cujus" ou do incapaz. Não sendo possível, ou inexistindo interesse destes, dos sócios remanescentes, a sociedade poderá ser dissolvida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Pode o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios representando no mínimo 3/4 (três quartos), do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

Parágrafo Primeiro: A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim. Ciente o acusado em tempo hábil, para permitir seu comparecimento e o exercício de ampla defesa.

Parágrafo Segundo: Será também excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

Parágrafo Terceiro: No caso de morte, retirada ou exclusão de sócio ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, consideradas pelo montante efetivamente realizado, será liquidada com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do respectivo valor, podendo ainda, ser elaborada outra forma de pagamento a critério dos sócios remanescentes.

Parágrafo Quarto: A retirada, exclusão ou morte de sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, das responsabilidades pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após, averbada a resolução da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O exercício social coincidirá com o ano civil.

Parágrafo Primeiro: Em 31 de dezembro de cada ano, será levantado o balanço geral da sociedade bem como a elaboração de suas respectivas demonstrações contábeis, do lucro líquido ou prejuízo do exercício. Após os ajustes necessários, os lucros ou prejuízos verificados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas de capital.

Parágrafo Segundo: Até o quarto mês após o encerramento do exercício social, haverá reunião dos sócios, para dirimirem sobre os seguintes assuntos:

- Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
- Designar novos administradores quando for de interesse dos sócios quotistas;
- Tratar de qualquer outro assunto, que conste da ordem do dia.

Parágrafo Terceiro: Na votação das contas do balanço, os administradores, não poderão fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Os sócios declaram sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer atividades empresariais, em virtude de condenação criminal.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

J. A.M

[Handwritten signature]



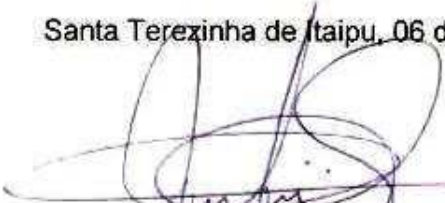
**VECTOR9 LTDA.
CONTRATO SOCIAL**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Os casos omissos serão tratados pelo que regula o Capítulo I, Subtítulo II do livro II, da Lei nº. 10406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Fica eleito o foro da Comarca de Foz do Iguaçu para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, devidamente rubricado pelos sócios, a margem de suas folhas, que se obrigam fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Santa Terezinha de Itaipu, 06 de Outubro de 2008.



GILBERTO LUIZ SCHMIDT

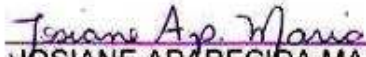


CLEICI QUEIROS BAIRROS

TESTEMUNHAS

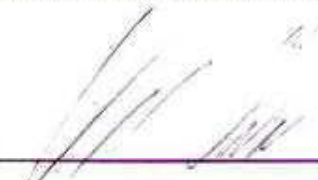


THIAGO ZILIO
RG Nº. 9.866.837-3/PR
CPF Nº. 058.529.639-17



JOSIANE APARECIDA MARIA
RG Nº. 8.445.439-7/PR
CPF Nº. 046.376.479-08

DOCUMENTO ELABORADO POR VILSON DATSCH, CRC. Nº 023.357-O-6/PR



MARIA THEREZA LOPES SALOMÃO
SECRETARIA GERAL





DECLARAÇÃO UNIFICADA DE NEPOTISMO E NÃO EMPREGO DE MENOR DE IDADE

Eu, **GILBERTO LUIZ SCHMIDT**, portador do CPF nº 031.195.049-39 e RG nº 4.212.346-3 na qualidade de SÓCIO ADMINISTRADOR da empresa **VECTOR9 LTDA, CNPJ 10.450.171/0001-76** situada no endereço na Rua Mario Gonçalves Isquierdo, 394, Bairro Jardim Montreal em Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná – Brasil, declaro para os devidos fins que:

1. Nepotismo:

- Não mantenho, no âmbito da Administração Pública, relação de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com autoridade nomeante ou ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento, nos termos da legislação vigente que regulamenta o nepotismo.
- Caso venha a ocorrer qualquer situação que caracterize nepotismo, comprometemo-nos a informar imediatamente às autoridades competentes para adoção das providências cabíveis.

2. Emprego de Menor:

- Não empregamos menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nos termos da Constituição Federal e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- Não empregamos menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, conforme permitido pela legislação.

Declaro estar ciente de que a veracidade das informações prestadas nesta declaração é de minha inteira responsabilidade e que a falsidade de qualquer dado aqui declarado pode acarretar penalidades cabíveis.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para os devidos fins.

Santa Terezinha de Itaipu, 28 de fevereiro 2025.

Documento assinado digitalmente
GILBERTO LUIZ SCHMIDT
Data: 28/02/2025 10:15:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GILBERTO LUIZ SCHMIDT
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 031.195.049-29

10.450.171/0001-76
Vector 9 Ltda.
Rua Dos Bandeirantes, 530
CEP: 85875-000 - Centro
Santa Terezinha de Itaipu - PR





PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Rua J. K. de Oliveira, n.º 2394 — Fone/Fax (44) 3675-4300

Estado do Paraná

CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF – 75.377.200/0001-67

www.cidadegaucha.pr.gov.br

adm@cidadegaucha.pr.gov.br

Rainha do Noroeste

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de CIDADE GAÚCHA – ESTADO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 75.377.200/0001-67, com sede na RUA 25 DE JULHO, 1814 - PAÇO MUNICIPAL, CIDADE GAÚCHA - PR, por meio deste, atesta que a empresa VECTOR9 LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.450.171/0001-76, prestou serviços especializados de **consultoria tributária** a esta municipalidade, demonstrando plena capacidade técnica e profissionalismo na execução dos seguintes serviços:

- Prestação de Serviços Especializados no Auxílio, Orientação e Acompanhamento dos procedimentos Tributários do Município, envolvendo os Setores Tributário e Contábil;
- Períodos de execução do contrato:

02/01/2025 à 31/01/2025; NF 202500000000330

Os serviços foram prestados de forma eficiente, atendendo às normas legais e contratuais vigentes, com alto grau de conhecimento técnico e qualidade.

Por ser verdade, firmamos o presente atestado para os devidos fins.

Cidade Gaúcha – Estado do Paraná em 27 de fevereiro de 2025

MAURICIO
CAREZIA:02

170668950

Assinado de forma
digital por MAURICIO
CAREZIA:0217066895

Dados: 2025.02.27
10:57:39 -03'00'

MAURÍCIO CAREZIA
CPF: 021.706.689-50
CONTROLADOR INTERNO
PREFEITURA DE CIDADE GAÚCHA – PARANÁ – BRASIL

Assinado por 1 pessoa: RITA SOARES NETA FIGUEIREDO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/5DF7-2739-F5D8-1C99> e informe o código 5DF7-2739-F5D8-1C99





Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Município de Pato Bragado – ESTADO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 95.719.472/0001-05, com sede na Avenida Willy Barth, 2885 - Paço Municipal – Pato Bragado - PR, por meio deste, atesta que a empresa VECTOR9 LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.450.171/0001-76, prestou serviços especializados de **consultoria tributária** a esta municipalidade, demonstrando plena capacidade técnica e profissionalismo na execução dos seguintes serviços:

- Prestação de Serviços Especializados no Auxílio, Orientação e Acompanhamento dos procedimentos Tributários do Município, envolvendo os Setores Tributário e Contábil;
- Períodos de execução do contrato:

06/10/2018 à 06/12/2018; Contrato 2018238/2018

16/05/2015 à 16/06/2015; Contrato 078/2015

Os serviços foram prestados de forma eficiente, atendendo às normas legais e contratuais vigentes, com alto grau de conhecimento técnico e qualidade.

Por ser verdade, firmamos o presente atestado para os devidos fins.

Pato Bragado – Estado do Paraná em 27 de fevereiro de 2025



Documento assinado digitalmente

TABITA IARA WEGNER BEUREN

Data: 27/02/2025 10:03:41-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Tabita Iara Wegner Beuren

CPF: 001.855.929-88

Agente de execução – Setor de Tributação

Secretaria de Finanças

PREFEITURA DE CIDADE PATO BRAGADO – PARANÁ – BRASIL



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de CATANDUVAS – ESTADO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, com sede na Avenida dos Pioneiros, 500, Centro, CEP 85470-000, Catanduvas, PR, por meio deste, atesta que a empresa VECTOR9 LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.450.171/0001-76, prestou serviços especializados de **consultoria tributária** a esta municipalidade, demonstrando plena capacidade técnica e profissionalismo na execução dos seguintes serviços:

- Prestação de Serviços Especializados no Auxílio, Orientação e Acompanhamento dos procedimentos Tributários do Município, envolvendo os Setores Tributário e Contábil;
- Períodos de execução do contrato:


19/09/2017 à 19/08/2022; CONTRATO 167/2017

31/10/2013 à (Vigente); CONTRATO 356/2023

Os serviços foram prestados de forma eficiente, atendendo às normas legais e contratuais vigentes, com alto grau de conhecimento técnico e qualidade.

Por ser verdade, firmamos o presente atestado para os devidos fins.

Catanduvas – Estado do Paraná em 27 de fevereiro de 2025

 Documento assinado digitalmente
DEMOSTENES FRANCISCO VALENTINI
Data: 27/02/2025 10:07:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DEMOSTENES FRANCISCO VALENTINI

CPF: 838.179.219-34

DIRETOR DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

PREFEITURA DE CATANDUVAS – PARANÁ – BRASIL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Município de Céu Azul – ESTADO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 76.206.473/0001-01, com sede na Avenida Nilo Umberto Deitos, 1426 - Paço Municipal – Céu Azul - PR, por meio deste, atesta que a empresa VECTOR9 LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.450.171/0001-76, prestou serviços especializados de **consultoria tributária** a esta municipalidade, demonstrando plena capacidade técnica e profissionalismo na execução dos seguintes serviços:

- Prestação de Serviços Especializados no Auxílio, Orientação e Acompanhamento dos procedimentos Tributários do Município, envolvendo os Setores Tributário e Contábil;
- Períodos de execução do contrato:

03/01/2018 à 27/02/2018; Processo 10/2018

Os serviços foram prestados de forma eficiente, atendendo às normas legais e contratuais vigentes, com alto grau de conhecimento técnico e qualidade.

Por ser verdade, firmamos o presente atestado para os devidos fins.

Céu Azul – Estado do Paraná em 27 de fevereiro de 2025

JESSE NEY BEPLER
02042833967

Assinado digitalmente por JESSE NEY BEPLER:02042833967
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5,
OU=41861086000124, OU=Presencial, OU=Certificado PF A3,
CN=JESSE NEY BEPLER:02042833967
Razão: Eu estou aprovando este documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025.02.27 09:03:24-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

Jesse Ney Beppler

CPF: 020.428.339-67

DIRETOR

PREFEITURA DO Município de Céu Azul- PARANÁ – BRASIL

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 10.450.171/0001-76
Razão Social: VECTOR9 LTDA
Endereço: R MARIO GONCALVES ISQUIERDO 296 / CR MONTREAL / SANTA TEREZINHA DE ITAIPU / PR / 85875-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/02/2025 a 23/03/2025

Certificação Número: 2025022203121553477226

Informação obtida em 27/02/2025 10:13:11

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **10.450.171/0001-76**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **VECTOR9 LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 08/10/2008**
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Voltar Gerar PDF

Assinado por 1 pessoa: RITA SOARES NETA FIGUEIREDO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/5DF7-2739-F5D8-1C99> e informe o código 5DF7-2739-F5D8-1C99



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.450.171/0001-76 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 08/10/2008</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL VECTOR9 LTDA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>	<div>PORTE ME</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>			
<div>LOGRADOURO R MARIO GONCALVES ISQUIERDO</div>	<div>NÚMERO 296</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>	
<div>CEP 85.875-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CONJUNTO RESIDENCIAL MONTREAL</div>	<div>MUNICÍPIO SANTA TEREZINHA DE ITAIPU</div>	<div>UF PR</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>		<div>TELEFONE (45) 3541-1872</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/10/2008</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 28/01/2025 às 14:06:10 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Assinado por 1 pessoa: RITA SOARES NETA FIGUEIREDO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/5DF7-2739-F5D8-1C99> e informe o código 5DF7-2739-F5D8-1C99





Município de Santa Terezinha de Itaipu

Secretaria da Fazenda

Departamento de Receita e Cadastro Técnico Urbano

Rua João XXIII, nº 144 - Centro CEP: 85875-000 - Telefone: (45) 3541-1184

e-mail: tributacao@stitaipu.pr.gov.br Home Page: www.stitaipu.pr.gov.br

Certidão Positiva com efeito de Negativa

Data de emissão:

27/02/2025

nº 1583 / 2025

Data de validade:

29/03/2025

Nome / Razão Social:

GILBERTO LUIZ SCHMIDT

Finalidade:

Licitação

CPF/CNPJ:

031.195.049-39

Autenticidade:

Ano: 2025

Número da certidão: 1583

Código de autenticidade: 140648021140648

Ressalvando o direito da Fazenda Pública do Município de Santa Terezinha de Itaipu – PR cobrar quaisquer dívidas provenientes de tributos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período abrangido nesta certidão, a Secretaria Municipal da Fazenda, **DECLARA** que a situação referente a quitação do(s) débito(s) existente(s) no sistema de Arrecadação de Receitas, incidente(s) sobre o Cadastro Global de contribuinte, acima identificado é: **REGULAR**, porém, **CONSTANDO DÉBITO** a vencer.

Santa Terezinha de Itaipu - PR, em 27 de Fevereiro de 2025

IMPORTANTE:

Para conferência da autenticidade, desta certidão, apenas:

- 1) entre no site do município em, www.stitaipu.pr.gov.br
- 2) Menu superior - Serviços Online -> Portal do Cidadão
- 3) Menu lateral direito - Área pública -> Acesso rápido, sub menu - Autenticidade.



Município de Santa Terezinha de Itaipu

Secretaria da Fazenda

Departamento de Receita e Cadastro Técnico Urbano

Rua João XXIII, nº 144 - Centro CEP: 85875-000 - Telefone: (45) 3541-1184
e-mail: tributacao@stitaipu.pr.gov.br Home Page: www.stitaipu.pr.gov.br

Certidão Positiva com efeito de Negativa

Data de emissão:

27/02/2025

nº 1582 / 2025

Data de validade:

29/03/2025

Nome / Razão Social:

VECTOR 9 LTDA

Finalidade:

Licitação

CPF/CNPJ:

10.450.171/0001-76

Autenticidade:

Ano: 2025

Número da certidão: 1582

Código de autenticidade: 691296242691296

Ressalvando o direito da Fazenda Pública do Município de Santa Terezinha de Itaipu – PR cobrar quaisquer dívidas provenientes de tributos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período abrangido nesta certidão, a Secretaria Municipal da Fazenda, **DECLARA** que a situação referente a quitação do(s) débito(s) existente(s) no sistema de Arrecadação de Receitas, incidente(s) sobre o Cadastro Global de contribuinte, acima identificado é: **REGULAR**, porém, **CONSTANDO DÉBITO** a vencer.

Santa Terezinha de Itaipu - PR, em 27 de Fevereiro de 2025

IMPORTANTE:

Para conferência da autenticidade, desta certidão, apenas:

- 1) entre no site do município em, www.stitaipu.pr.gov.br
- 2) Menu superior - Serviços Online -> Portal do Cidadão
- 3) Menu lateral direito - Área pública -> Acesso rápido, sub menu - Autenticidade.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: VECTOR9 LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 10.450.171/0001-76

Certidão nº: 4053278/2025

Expedição: 23/01/2025, às 09:11:39

Validade: 22/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **VECTOR9 LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.450.171/0001-76**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 036164424-57

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **10.450.171/0001-76**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 27/06/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: VECTOR9 LTDA
CNPJ: 10.450.171/0001-76

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 07:36:33 do dia 01/11/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/04/2025.

Código de controle da certidão: **D0F1.7695.9AE0.BE85**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5DF7-2739-F5D8-1C99

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RITA SOARES NETA FIGUEIREDO (CPF 467.XXX.XXX-87) em 14/03/2025 18:02:33 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/5DF7-2739-F5D8-1C99>

Proc. Administrativo 1- 2.488/2025

De: Maria C. - SEMAD-SP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 14/03/2025 às 16:52:26

Setores envolvidos:

SEMAD-SP, SEMFIP-DPG, SEMFIP-TRIB

REQUISIÇÃO Nº 35/2025 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA A SECRETARIA DAS FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

Prezada;
Solicito assinatura do Termo de Ciência Fiscal.

—

Att.
Maria Eduarda Pio da Costa Maeda
Assessora de Planejamento

Anexos:
H_TERMO_DE_Ciencia_FISCAL.pdf



Memorando 2.267/2025



Responder apenas via 1Doc

Maria C. SEMAD-SP

Para

SEMFIPI - Secretaria de Economia e Finanças

CC

2 setores envolvidos

SEMAD-SP SEMFIP

14/03/2025 15:01

Indicação de fiscal de contrato; Secretaria das Finanças e Planejamento;

Prezada,

Solicito a indicação de servidor para desempenhar a função de fiscal técnico e fiscal administrativo de contrato.

Os servidores indicados serão responsáveis pela fiscalização do processo de contratação de empresa especializada para consultoria à Secretaria das Finanças e Planejamento do Município de Ubatã, visando aprimoramento da gestão tributária e financeira, otimização da arrecadação e suporte técnico-administrativo.

Att.

Maria Eduarda Pio da Costa Maeda

Assessora de Planejamento

Quem já visualizou? 2 ou mais pessoas

2 Despachos não lidos

**Despacho 1-
2.267/2025**

14/03/2025 16:21
(Respondido)

Rita F. SEMFIP

Envolvidos internos
acompanhando
CC

Indico o fiscal administrativo de contrato a servidora Kauane Gabriela Novais de Jesus Retamero, cargo comissionado. E justifico que no momento a servidora Efetiva encontra-se de férias.

Rita Soares Neta Figueiredo
Chefe Divisão de Planejamento Governamental

Quem já visualizou? 2 ou mais pessoas

14/03/2025 16:21:40 Rita Soares Neta Figueiredo SEMFIP arquivou.

14/03/2025 16:21:40

Rita Soares Neta Figueiredo

SEM FIP

parou de acompanhar.

14/03/2025 16:24:00

Rita Soares Neta Figueiredo

SEM FIP

reabriu para resolução.

Despacho 2-2.267/2025

14/03/2025 16:25

(Respondido)

Rita F.

SEM FIP

Envolvidos internos acompanhando CC

Indico a servidora para desempenhar a função de fiscal técnico e fiscal administrativo de contrato, a servidora Kauane Gabriela Novais de Jesus Retamero, cargo comissionado. E justifico que no momento a servidora Efetiva encontra-se de férias.

—

Rita Soares Neta Figueiredo

Chefe Divisão de Planejamento Governamental

Quem já visualizou?

2 ou mais pessoas

14/03/2025 16:25:40

Rita Soares Neta Figueiredo

SEM FIP

arquivou.

14/03/2025 16:25:40

Rita Soares Neta Figueiredo

SEM FIP

parou de acompanhar.

14/03/2025 16:26:15

Rita Soares Neta Figueiredo

SEM FIP

assinou digitalmente **Memorando 2- 2.267/2025** com o certificado **RITA SOARES NETA FIGUEIREDO** CPF **467.XXX.XXX-87** conforme [MP nº 2.200/2001](#) .

Prefeitura de Ubitatã - Av. Nilza de Oliveira Pipino, 1852 Ubitatã - PR - CEP 85440-000
Impresso em 14/03/2025 16:42:16 por Maria Eduarda Soares Pio da Costa - Assessora de Planejamento (matrícula 3994-2)

Assinado por F5359DBC27B3999120ECA920 e 86/144
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://ubirata.1doc.com.br/?pg=doc/ver&hash=F5359DBC27B3999120ECA920&itd=1&origem=listagem#naolido

https://ubirata.1doc.com.br/?pg=doc/ver&hash=F5359DBC27B3999120ECA920&itd=1&origem=listagem#naolido

Proc. Administrativo 1 - 2.488/2025

86/144

TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

REQUISIÇÃO Nº 35/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para consultoria à Secretaria das Finanças e Planejamento do Município de Ubiratã, visando aprimoramento da gestão tributária e financeira, otimização da arrecadação e suporte técnico-administrativo.

Declaro que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse processo e essa portaria, acompanhando sua execução e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as cláusulas do instrumento e disposição legais que regulam a matéria.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS E PLANEJAMENTO

SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO: Kauane Gabriela Novais de Jesus Retamero

CARGO/FUNÇÃO: Chefe de Divisão da Receita Municipal

FONE DE CONTATO: (44) 3543-8034

E-MAIL: tributacao@ubirata.pr.gov.br

Na ausência do fiscal do contrato, a fiscalização será realizada pelo Secretário da pasta, que assumirá a responsabilidade como servidor fiscal substituto, garantindo o acompanhamento adequado da execução contratual e o cumprimento das obrigações estabelecidas.

Ubiratã/PR, 14 de março de 2025.

ASSINATURA DO FISCAL DO CONTRATO

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AA1B-F2EC-5181-F0DB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



KAUANE GABRIELA NOVAIS DE JESUS RETAMERO (CPF 099.XXX.XXX-58) em 17/03/2025 10:11:55
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/AA1B-F2EC-5181-F0DB>

De: Altair P. - SEMAD-SP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 17/03/2025 às 09:14:38

Prezadas,

Por gentileza, dar prosseguimento ao processo.

—

Altair da Silva Pereira

Divisão de Licitação

Proc. Administrativo 2- 2.488/2025

De: Maria C. - SEMAD-SP

Para: GP - Gabinete do Prefeito

Data: 17/03/2025 às 09:19:23

Setores (CC):

GP, SEMAD-SP

Requisição com objeto específico para atender a Secretaria demandante!

—

Att.

Maria Eduarda Pio da Costa Maeda

Assessora de Planejamento

Proc. Administrativo 3- 2.488/2025

De: Fábio D. - GP

Para: SEMFIP - Secretaria Municipal das Finanças e Planejamento

Data: 17/03/2025 às 12:56:35

Setores (CC):

SEMFIP, SEMFIP -CONT

Autorizo.

—

Fábio Dalécio

Prefeito de Ubatã

Proc. Administrativo 4- 2.488/2025

De: Lucas G. - SEMFIP -CONT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 17/03/2025 às 13:48:02

Setores (CC):

SEMAD-LICIT, SEMFIP

Setores envolvidos:

GP, SEMAD-LICIT, SEMFIP, SEMFIP-DPG, SEMFIP-TRIB, SEMAD-SP, SEMFIP -CONT

REQUISIÇÃO Nº 35/2025 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA A SECRETARIA DAS FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

Em atenção ao despacho retro, expedido por Vossa Senhoria, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários até o limite financeiro disponível.

Por conta da indicação das dotações acima, atestamos por consequência a compatibilidade das referidas obrigações com as peças orçamentárias vigentes: PPA, LDO e LOA. Ressalve-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas, **NÃO HAVENDO COM ISSO DESTAQUE OU APRISIONAMENTO DE RECURSOS**, ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício nesta data.

Outrossim, informamos que a análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e seguintes da lei 4.320/64 e se necessário e possível esta secretaria providenciará suplementação das dotações acima previstas. Além disso, **não compete** à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra, poder discricionário do Gestor Municipal.

Por fim, alerta-se ao Gestor que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas correspondentes.

—
Lucas Gabriel Xavier Giordani
Contador

Assinado por 2 pessoas: LUCAS GABRIEL XAVIER GIORDANI e RITA SOARES NETA FIGUEIREDO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/8DF5-9F3E-E64B-6E28> e informe o código 8DF5-9F3E-E64B-6E28



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8DF5-9F3E-E64B-6E28

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUCAS GABRIEL XAVIER GIORDANI (CPF 101.XXX.XXX-32) em 17/03/2025 13:48:10 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



RITA SOARES NETA FIGUEIREDO (CPF 467.XXX.XXX-87) em 17/03/2025 15:49:00 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/8DF5-9F3E-E64B-6E28>

Proc. Administrativo 5- 2.488/2025

De: Lucas G. - SEMFIP -CONT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 17/03/2025 às 15:04:36

—

Lucas Gabriel Xavier Giordani
Contador

De: Altair P. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 17/03/2025 às 15:50:05

De acordo com o pedido apresentado, a modalidade que mais se amolda para contratação do referido objeto será por Inexigibilidade, com fulcro no **Art. 74, Inciso III, Alínea C** da Lei 14.133/2021.

Para tanto, encaminho para elaboração da minuta.

—

Altair da Silva Pereira

Divisão de Licitação

Proc. Administrativo 7- 2.488/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: CGM-AL - Acompanhamento de Licitações CGM

Data: 17/03/2025 às 17:07:50

Setores (CC):

PGM-ASSEJUR, CGM-AL

Prezada, solicito parecer jurídico referente às minutas anexas.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

CONTRATO.docx

MIN_CONTRATO.pdf

MIN_TERMO.pdf

TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Inexigibilidade de Licitação nº XX/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ, POR INTERMÉDIO DO (A) PREFEITO FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO E VECTOR9 LTDA.

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10 com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por intermédio do Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado CONTRATANTE, e o (a) empresa **VECTOR9 LTDA**, inscrita no CNPJ 10.450.171/0001-76, com sede Rua Mario Gonçalves Isquierdo, nº 394, Conjunto Residencial Montreal, Santa Terezinha de Itaipu, Paraná, CEP 85.875-000. doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Gilberto Luiz Schmidt, conforme atos constitutivos da empresa apresentados nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXX/2025 e, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade nº XX/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada para consultoria à Secretaria das Finanças e Planejamento do Município de Ubiratã, visando aprimoramento da gestão tributária e financeira, otimização da arrecadação e suporte técnico-administrativo.** Nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços especializados para otimização da arrecadação municipal, organização de processos tributários e financeiros, assessoria e capacitação, incluindo a elaboração de normativas e suporte aos órgãos de controle.	MENSAL	12	R\$ 8.200,00	R\$ 98.400,00

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

bela, amada e gentil
Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. A Proposta do contratado;
- 1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 98.400,00 (noventa e oito mil e quatrocentos reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por termo aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

(2) *Moratória de 2% (dois por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 15 dias, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

a. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.1.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO	DESPESA	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR
0402	8659	339039050000	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	510	R\$ 98.400,00

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO ([art. 92, §1º](#))

Fica eleito o Foro da Comarca de Ubatuba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Ubatuba, Paraná, XX de março de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº XX/2025

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: XXXX/2025.

2. OBJETO: Contratação de empresa especializada para consultoria à Secretaria das Finanças e Planejamento do Município de Ubatuba, visando aprimoramento da gestão tributária e financeira, otimização da arrecadação e suporte técnico-administrativo.

3. FUNDAMENTO LEGAL: A presente Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentada no Art. 74, inciso III, alínea C, da Lei nº 14.133/21.

4. CONTRATADO (A): VECTOR9 LTDA, inscrita no CNPJ 10.450.171/0001-76, com sede Rua Mario Gonçalves Isquierdo, nº 394, Conjunto Residencial Montreal, Santa Terezinha de Itaipu, Paraná, CEP 85.875-000.

5. VALOR: R\$ 98.400,00 (noventa e oito mil e quatrocentos reais).

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: XX/03/2025.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, XX de abril de 2025.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO
Prefeito de Ubatuba

Proc. Administrativo 8- 2.488/2025

De: Kamila R. - PGM-ASSEJUR

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 18/03/2025 às 09:31:28

Segue PJ

—
Kamila Jordana de Souza Rodrigues

Procuradora-Geral OAB/PR 99.140

Anexos:

Pj_Inex_Art_74_inciso_III_alinea_c_req_35_2025.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Kamila Jordana Rodrigues	18/03/2025 09:31:43	1Doc	KAMILA JORDANA RODRIGUES CPF 081.XXX.XXX-00

Para verificar as assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **DD42-6E77-FBBA-8566**

Ao Departamento de Licitações

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea “c”, da Lei nº 14.133/21

REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO: Nº 35/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para consultoria à Secretaria das Finanças e Planejamento do Município de Ubiratã, visando aprimoramento da gestão tributária e financeira, otimização da arrecadação e suporte técnico-administrativo.

1. DO RELATÓRIO

O presente processo administrativo foi encaminhado a esta Procuradoria para análise acerca da proposta de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, visando a contratação de empresa especializada para consultoria à Secretaria das Finanças e Planejamento do Município de Ubiratã, visando aprimoramento da gestão tributária e financeira, otimização da arrecadação e suporte técnico-administrativo.

A justificativa da contratação encontra-se anexa a requisição.

Os autos foram instruídos com os seguintes documentos, anexados eletronicamente:

1. Estudo técnico preliminar;
2. Requisição de licitação;
3. Termo de referência;
4. Justificativa da contratação;
5. Justificativa da escolha do fornecedor e preço;
6. Proposta e notas fiscais;
7. Atestado de capacidade técnica;
8. Declaração do ordenador de despesa;
9. Termo de ciência de fiscalização de contrato;
10. Termo de inexigibilidade de licitação.

É o que cumpre relatar. Passo à fundamentação do parecer.

Visto isso, em relação aos aspectos extrínsecos do procedimento, verifica-se que a instrução processual observou, no que couber, a Orientação Normativa AGU nº. 02/2009, que preceitua que os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo,

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852

devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento.

Sendo assim, passamos a análise jurídica do caso em tela, ressaltando que o presente parecer será opinativo, de modo que tal opinião não vincula o administrador público, podendo o administrador público entender de modo diverso. Tendo este Parecer o escopo de assistir a autoridade administrativa no controle interno da legalidade dos atos a serem praticados.

Nossa função é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

2. ANÁLISE JURÍDICA

Excluindo-se os elementos técnicos e econômicos que embasaram o procedimento, é realizada a presente análise sobre os elementos e/ou requisitos eminentemente jurídicos do presente procedimento.

As contratações públicas devem ser precedidas da realização de certame licitatório, cumprindo ao administrador a escolha da avença que seja mais vantajosa ao interesse público, sem menosprezar o princípio da impessoalidade, que regula a participação dos licitantes, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República de 1988 e da Lei nº 14.133 (Nova Lei de Licitações).

Como bem disserta o eminente professor Celso Antônio Bandeira de Mello, a licitação visa:

[...] proporcionar às entidades governamentais a possibilidade de realizarem o negócio mais vantajoso e assegurar aos administrados ensejo de disputarem a participação nos negócios que as pessoas administrativas entendem de realizar com os particulares. (1980, p. 158).

Nesse norte, a realização da licitação é, em regra, *conditio sine qua non* para a consecução da contratação pública. Com efeito, é preciso que a Administração obtenha a proposta mais vantajosa ao interesse público e, ainda, conceda a todos os interessados igualdade de condições.

Odete Medauar destaca que “A Administração não pode contratar livremente, porque deve ser atendido o princípio da igualdade de todos para contratar com a Administração e a moralidade administrativa, sobretudo” (2010, p. 187).

Excepcionalmente, em situações de inviabilidade de competição, a própria lei estabelece hipóteses de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 74 da Lei nº 14.133 de 2021, autorizando a Administração a realizar contratação direta, sem licitação.

A norma esculpida no art. 74, III da Lei nº 14.133 de 2021, a qual entende ser inaplicável a regra referente à licitação quando não for viável a competição em casos em que a Administração pretende realizar a contratação de serviços técnicos especializados de natureza intelectual. Assim, no caso em comento, a contratação é baseada no art. 74, inciso III, alínea “c”, da Lei nº 14.133/2021, que trata da contratação direta por inexigibilidade de licitação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, para fins de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

Em consonância com o exposto acima, no caso dos autos, a Administração comprova a notória especialização e a natureza dos serviços técnicos especializados, justificando a impossibilidade de competição.

Insta destacar, ainda, que a matéria em epígrafe é dotada de baixa complexidade jurídica, porquanto, via de regra, restringe-se a conferência documental e adequada instrução processual, a qual será orientada por Lista de Verificação específica para a hipótese de Contratação Direta realizada nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

Deste modo, consoante a justificativa/objetivo e detalhamento da contratação c/c as declarações postas, a administração justifica tecnicamente que os produtos/serviços a serem contratados através da contratação direta em tela são os únicos a atenderem a necessidade da Administração.

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852

Contudo, vejamos alguns pontos que devem ser observados. A presente manifestação referencial tem como paradigma alinhar as orientações gerais e garantir diretrizes prévias para a instrução de processos administrativos relativos à contratação direta por inexigibilidade de licitação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, para fins de contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica especializada, visando aprimoramento da gestão tributária e financeira, otimização da arrecadação e suporte técnico-administrativo à Secretaria das Finanças e Planejamento do Município de Ubiratã.

Na análise jurídica, não serão abrangidos pelo presente manifesto os casos de cursos de pós-graduação “*lato sensu*” (especializações) e “*stricto sensu*” (Mestrado e Doutorado), dada a maior duração, repercussão financeira e particularidade do objeto.

Logo ao seu início, precisamente no art. 2º, inciso V, a Lei nº 14.133/2021 trouxe previsão da aplicação de suas normas a “serviços técnico-profissionais especializados”, de logo, atraindo o estatuto licitatório para o objeto paradigma. Sabe-se que, nos termos art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, existe a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional também reconhece a existência de exceções a essa regra, ao registrar a ressalva dos casos especificados na legislação.

Desse modo, tal como admitiu o poder constituinte, a lei previu casos excepcionais que permitem à Administração Pública realizar contratações diretas, sendo nas hipóteses em que o procedimento licitatório é dispensado (art. 75) e naquelas em que ele é inexigível (art. 74), conforme dispõe a Lei nº. 14.133/2021. A presente manifestação referencial, conforme alhures destacado, limitar-se-á à hipótese de contratação direta por inexigibilidade de licitação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, para os fins pretendidos, termos do art. 74, inciso III, alínea “c”, da Lei nº 14.133/2021.

Assim, o art. 74 do estatuto licitatório, o legislador faz uma lista exemplificativa de situações que podem caracterizar essa ausência de competição, e, consequentemente, levar à inexigibilidade, incluindo-se aí as contratações de natureza predominantemente intelectual, cujo fornecedor tenha notória especialização na área, podendo ser comprovada conforme indicado no § 3º do mesmo dispositivo.

Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Atente-se que o requisito da notória especialização exigido na Lei não é a especialização comum, mas a especialização notória, ou seja, diferenciada, dotada de qualidade mais reconhecida, consagrada no respectivo ramo da atuação, o que acarreta a necessidade de demonstrar experiência, credibilidade e confiança na prestação dos serviços contratados, motivo pelo qual não se verifica viável a competição.

A notória especialização não se trata de característica exclusiva da empresa, nem tampouco há necessidade de exposição pública da entidade prestadora do serviço.

Tal característica é principalmente do corpo técnico, não devendo se confundir fama com notória especialização.

Os serviços previstos na lei podem ser prestados por vários especialistas, ou seja, não se faz necessário que somente uma pessoa disponha da técnica pretendida pela Administração Pública, outros também podem dominá-la; no entanto, todos eles a realizam com traço eminentemente subjetivo, em razão do que, repita-se, a inexigibilidade tem lugar pela falta de critérios objetivos para cotejá-los.

É preciso tratar da necessidade de ainda se demonstrar a “singularidade” do serviço especializado, tendo em vista que, a exemplo do que já ocorrido na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), foi eliminada a expressão de “natureza singular” com o advento da Lei nº 14.133/2021.

Em suma, a Lei de Licitações e Contratos (Lei Nacional nº 14.133/2021) foi omissa quanto à necessidade de demonstração da singularidade das serventias, porquanto seu art. 74 estabeleceu que é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial, dentre outros casos, na contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.

A omissão levou alguns doutrinadores a defender o fim da necessidade da evidenciação da singularidade nas contratações diretas mediante inexigibilidade. Apesar

de corrente doutrinária nesse sentido, há se observar a necessidade, ao menos durante o prazo de vigência deste opinativo, de se preencher o requisito da singularidade, mesmo que indiretamente no arcabouço da justificativa.

Dessa maneira, para haver singularidade, devem ser preenchidas as seguintes circunstâncias: 1) os serviços são específicos e possuem peculiaridades quanto à maneira e o modo de prestação, somente podendo ser realizados com confiabilidade por pessoas habilitadas e capacitadas; 2) os serviços apresentam complexidade técnica e devem ser feitos sob encomenda por um terceiro, devendo este reunir um conjunto de atributos que não podem ser mensurados por critérios objetivos; e 3) os serviços não devem ser padronizados, básicos e convencionais.

Com efeito, a demanda é singular quando possui peculiaridades que as diferenciam das demandas padrão, sendo que no caso concreto, a resposta que a licitada pode gerar à administração pública é específica, satisfazendo a necessidade inicialmente exigida.

Essa conclusão referencial foi obtida por critérios de segurança jurídica e hermenêutica, sobretudo no contexto de transição de regimes licitatórios, vivenciado em nossa atualidade.

Superada a possibilidade jurídica do pleito, é imperioso verificar a regularidade do procedimento, conforme as determinações da LLC.

3. DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Analizada a questão referente ao enquadramento da contratação direta, cumpre agora examinar a observância dos requisitos legais impostos. Nesse particular, observa-se que o artigo 72 da Lei n.º 14.133/2021 assim dispõe:

"Do Processo de Contratação Direta"

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852

- parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

4. DAS ETAPAS DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E EXAME JURÍDICO DOS RESPECTIVOS DOCUMENTOS

O documento de oficialização da demanda, estudos preliminares, mapa de riscos e Termo de Referência: principais elementos.

Constata-se que no presente caso de inexigibilidade de licitação, onde será realizado o processo de compra direta, o art. 72 da Lei de Licitações prevê que, se for o caso, pode ser dispensada a feitura do ETP.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.

Diante disso, seguindo o previsto na IN 40, o ETP será dispensado nos casos em que a licitação não é obrigatória.

O Termo de Referência é o documento que deverá conter os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, o critério de aceitação do objeto, os deveres das partes, a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços, o prazo para execução do contrato e as sanções.

Nesse contexto, em análise eminentemente formal, verifica-se que o termo de referência contemplou todas as exigências contidas nos normativos acima citados.

Sobre o gerenciamento de riscos, observo que os requisitos necessários para sua correta realização, os quais foram observados pela Administração.

Tendo em conta a natureza estritamente técnica do orçamento, a adequação da metodologia empregada para estimar os custos unitários da contratação não será examinada por este órgão jurídico, posto ser atribuição não afeta à formação jurídica e ao prisma do exame da estrita legalidade.

Há que se ressaltar, contudo, que a pesquisa de preços deverá ser executada de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2020. Adicionalmente, deve a pesquisa de preços refletir o valor praticado na praça em que será prestado o serviço ou fornecido o produto, refletindo, tanto quanto possível, o valor de mercado da localidade onde será realizada a contratação.

Todas estas informações devem constar pela realização da pesquisa, no qual, além de expor o atendimento das exigências acima, irá realizar uma análise fundamentada dos valores ofertados pelas empresas, inclusive cotejando-os com os valores obtidos junto às outras fontes de consulta.

É através desta análise fundamentada que a Administração irá estabelecer o valor estimado da contratação.

Considerando que se trata de matéria estritamente técnica, inerente à competência da Administração, cabe à assessoria orientar a respeito do tema, sem necessariamente fazer juízo de valor a respeito do resultado da pesquisa.

No caso, foram estimados os custos unitário e total da contratação a partir de cotações e contratos, por ser inexigível a licitação.

4.1 Parecer Jurídico e Pareceres Técnicos

O inciso III, do artigo 72 da Lei 14.133/2021 faz alusão à instrução do processo de contratação direta, por inexigibilidade, também a parecer jurídico e pareceres técnicos.

“Quanto à necessidade de pareceres técnicos, colho o ensejo para aludir ao seguinte excerto da obra Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei n.º 14.133/2021”. O segundo ponto diz respeito à ausência de 'discrecionalidade pura' quanto à elaboração de

pareceres técnicos para instrução da contratação direta. Assim como ocorre no inciso I, a cujos comentários direcionamos o leitor, deverá ser juntado o parecer técnico salvo quando incompatível ou desnecessário com a hipótese de contratação direta a que se trata, não sendo um ato de vontade, uma 'facultatividade', a 'opção' por exigir ou não tal parecer. Por exemplo, uma contratação direta por dispensa de bens de valor inferior a R\$50.000,00 não necessita de parecer técnico para configuração dos requisitos, desde que a pesquisa de preços siga os ditames legais - nessa situação não será 'o caso' de juntar aos autos tal parecer técnico. Entretanto, para aquisição de imóvel que represente a única opção viável para a Administração por razões de instalações ou localização, o parecer mostra-se indispensável, já que se trata de circunstância não autoexplicativa, ou seja, não perceptível 'a olho nu'. Se as circunstâncias de fato não dispensarem de plano a elaboração de pareceres técnicos, estes deverão ser feitos e juntados, independentemente da 'conveniência' ou da vontade do gestor respectivo, mas a partir de sua avaliação técnica." (SARAI, Leandro (org.), Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei n.º 14.133/2021, comentada por Advogados Públicos, São Paulo, 2021, Editora Jus Podium, p.868)."

Neste caso, a contratação perfaz um valor superior, sendo necessário o Parecer.

O artigo 72, IV, da Nova Lei de Licitações estabelece, dentre outras exigências, que o processo de inexigibilidade seja instruído com documento probatório da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

Na mesma linha, destaca-se o que dispõe o artigo 150 da Lei nº 14.133/2021:

"Art. 150. Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa."

No caso dos autos, a disponibilidade orçamentária é comprovada mediante juntada de declaração orçamentária.

Nos termos do artigo 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021, a contratada deverá manter durante a contratação, todas as condições de habilitação e qualificação que foram exigidas na licitação, ou nos atos preparatórios que antecederam a contratação direta, por dispensa ou por inexigibilidade. Tais quesitos, segundo os quatro incisos do art. 62 da mesma Lei, englobam habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira.

Os autos foram instruídos com a comprovação da regularidade na habilitação da empresa.

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852

O artigo 72, VI e VII, da Lei n.º 14.133/2021 estabelecem a necessidade de instruir os autos com a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço.

O artigo 72, VIII, da Lei n.º 14.133/2021 prevê a necessidade de autorização pela autoridade competente, providenciada devidamente adotada no processo.

Alerta-se também para a necessidade de cumprimento, no momento oportuno, da exigência inserta no parágrafo único do art. 72 da Nova Lei de Licitações, o qual determina que “o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial”.

Nesse particular, cumpre chamar atenção para o artigo 94 da Lei n.º 14.133/2021 que assim dispõe:

“Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura: I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação; II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.”

Recomenda-se, portanto, em atenção aos dispositivos em destaque, que o ato que autoriza a contratação direta seja divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do órgão, bem como ocorra divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para a eficácia do contrato (artigos 72, §único e 94 da Lei n.º 14.133/2021).

Conforme Art. 95 da Lei 14.133/21 é “facultativo a celebração de contrato nos casos em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço”.

Todavia, a Administração providenciou a minuta, a qual atende aos requisitos insculpidos no art. 92 da Lei de Licitações.

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que o processo se encontra revestido das formalidades legais exigidas, razão pela qual esta Procuradoria se manifesta pela possibilidade de contratação, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, III, alínea “c”, da Lei nº 14.133/2021.

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852

Verifico que quanto aos aspectos jurídico-formais, não há óbice legal quanto ao prosseguimento do procedimento de inexigibilidade para a pretendida contratação, desde que seguidas as orientações acima, na forma da Minuta de Edital, Termo de Referência e anexos, as quais foram elaboradas em consonância com a legislação disciplinadora da matéria.

Acautelo que o presente parecer jurídico foi elaborado sob o ângulo estritamente jurídico, não sendo competência desta Procuradora a avaliação de outros elementos e aspectos técnicos, econômicos e de oportunidade e conveniência da contratação que estão sob o crivo do solicitante.

Saliento que o parecer possui caráter meramente opinativo e não vinculante, cabendo o juízo de sua admissibilidade e a decisão pela inexigibilidade de licitação ao administrador público.

É o parecer,

Ubiratã, 18 de março de 2024.

(assinado digitalmente)

Kamila Jordana de Souza Rodrigues
Procuradora-Geral
OAB/PR 99.140

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DD42-6E77-FBBA-8566

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



KAMILA JORDANA RODRIGUES (CPF 081.XXX.XXX-00) em 18/03/2025 09:31:41 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/DD42-6E77-FBBA-8566>

Proc. Administrativo 9- 2.488/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 18/03/2025 às 11:31:35

Segue o termo de inexigibilidade assinado pela autoridade superior.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

TERMO_6697_INEX_05_2025assinado.pdf

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2025

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6697/2025.

2. OBJETO: Contratação de empresa especializada para consultoria à Secretaria das Finanças e Planejamento do Município de Ubatuba, visando aprimoramento da gestão tributária e financeira, otimização da arrecadação e suporte técnico-administrativo.

3. FUNDAMENTO LEGAL: A presente Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentada no Art. 74, inciso III, alínea C, da Lei nº 14.133/21.

4. CONTRATADO (A): VECTOR9 LTDA, inscrita no CNPJ 10.450.171/0001-76, com sede Rua Mario Gonçalves Isquierdo, nº 394, Conjunto Residencial Montreal, Santa Terezinha de Itaipu, Paraná, CEP 85.875-000.

5. VALOR: R\$ 98.400,00 (noventa e oito mil e quatrocentos reais).

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 18/03/2025.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 18 de março de 2025.

FABIO DE
OLIVEIRA
DALECIO:6007602
0959

Assinado de forma digital
por FABIO DE OLIVEIRA
DALECIO:60076020959
Dados: 2025.03.18
10:41:59 -03'00'

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO
Prefeito de Ubatuba

Proc. Administrativo (Nota interna 18/03/2025 11:33) 2.488/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 18/03/2025 às 11:33:40

Segue a publicação no PNCP e no portal da transparência do município.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

Portal_Nacional_de_Contratacoes_Publicas_PROCESSO.pdf

PREFEITURA_MUNICIPAL_DE_UBIRATA_Portal_da_Transparencia.pdf

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 5 | Processo 6697/2025

[Acessar Contratação](#)

Última atualização 18/03/2025

Local: Ubiratã/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE UBIRATA **Unidade compradora:** 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, c

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 18/03/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 76950096000110-1-000028/2025 **Fonte:** GovernançaBrasil Tecnologia e Gestão em Serviços

Objeto:

Contratacao de empresa especializada para consultoria a Secretaria de Financas e Planejamento do Municipio de Ubirata visando aprimoramento da gestao tributaria e financeira otimizacao da arrecadacao e suporte tecnico administrativo.

Informação complementar:

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 98.400,00	R\$ 98.400,00

Itens	Arquivos	Histórico
Nome ↕	Data ↕	Tipo ↕
JUSTIFICATIVA	18/03/2025	Ato que autoriza a Contratação Direta
ETP	18/03/2025	Estudo Técnico Preliminar
TR	18/03/2025	Termo de Referência
MINUTA CONTRATO	18/03/2025	Minuta do Contrato
ESCOLHA DO FORNECEDOR	18/03/2025	Outros Documentos

Exibir: 5 1-5 de 7 itens

Página: 1

< >

[< Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

6697



BUSCA AVANÇADA

Início (<https://www.ingadigital.com.br/transparencia>) / Busca Avançada

Ícones Encontrados

Artigos Encontrados

Processos Licitatórios (https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?id_cliente=46&sessao=776a54e7f13m77) 1

▶ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6697/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 05/2025

Publicação: 18/03/2025

Abertura: 18/03/2025

Modalidade: Inexigibilidade

Valor Máximo: R\$ 98.400,00 (noventa e oito mil e quatrocentos reais).

Objeto:

Contratação de empresa especializada para consultoria à Secretaria das Finanças e Planejamento do Município de Ubiratã, visando aprimoramento da gestão tributária e financeira, otimização da arrecadação e suporte técnico administrativo

Anexos

ETP, TR E AENXOS (https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?id_cliente=46&sessao=776a54e7f1c77&id=23412652)

Fale Conosco

Av. Nilza de Oliveira Pipino, 1852 - Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt

CEP: 85440-000 - Ubirata - Paraná

(44) 3543-8000

✉ **ubirata@ubirata.pr.gov.br**



🔗 **Voltar ao Site (<http://ubirata.pr.gov.br>)**

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Segunda à Sexta-feira: das 8h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h30min



Última Atualização: 18/03/2025 11:29:34

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 18/03/2025 às 13:50:08

Segue o contrato assinado pelas partes.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

CONTRATO_N_C2_BA_10_2025_ass.pdf

TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Inexigibilidade de Licitação nº 05/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ, POR INTERMÉDIO DO (A)
PREFEITO FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO E **VECTOR9 LTDA**.

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10 com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por intermédio do Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado CONTRATANTE, e o (a) empresa **VECTOR9 LTDA**, inscrita no CNPJ 10.450.171/0001-76, com sede Rua Mario Gonçalves Isquierdo, nº 394, Conjunto Residencial Montreal, Santa Terezinha de Itaipu, Paraná, CEP 85.875-000. doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Gilberto Luiz Schmidt, conforme atos constitutivos da empresa apresentados nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 6697/2025 e, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade nº 05/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada para consultoria à Secretaria das Finanças e Planejamento do Município de Ubatuba, visando aprimoramento da gestão tributária e financeira, otimização da arrecadação e suporte técnico-administrativo.** Nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços especializados para otimização da arrecadação municipal, organização de processos tributários e financeiros, assessoria e capacitação, incluindo a elaboração de normativas e suporte aos órgãos de controle.	MENSAL	12	R\$ 8.200,00	R\$ 98.400,00

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. A Proposta do contratado;
- 1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 98.400,00 (noventa e oito mil e quatrocentos reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por termo aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - Der causa à inexecução total do contrato;
 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- (2) *Moratória de 2% (dois por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 15 dias, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
 - a. *O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).*
- (3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
- (4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
- (5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.
- (6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.
- (7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.1.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO	DESPESA	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR
0402	8659	339039050000	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	510	R\$ 98.400,00

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

Fica eleito o Foro da Comarca de Ubatuba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Ubatuba, Paraná, 18 de março de 2025.

FABIO DE OLIVEIRA
DALECIO:60076020
959

Assinado de forma digital
por FABIO DE OLIVEIRA
DALECIO:60076020959
Dados: 2025.03.18
10:42:26 -03'00'

Representante legal do CONTRATANTE



Documento assinado digitalmente
GILBERTO LUIZ SCHMIDT
Data: 18/03/2025 13:40:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Representante legal do CONTRATADO

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 18/03/2025 às 13:51:17

Segue para as publicações do termo e do contrato.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 19/03/2025 às 08:12:33

Seguem as publicações.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

JORNAL_INEX_5.pdf

PNCP_CONTRATO_N_10.pdf



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

TERÇA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2025

EDIÇÃO ESPECIAL Nº 2.192- ANO: XX

Página 6 de 7

www.ubirata.pr.gov.br

Kerstyen Ragna Meyer	809-5	Odontóloga, GSU, AA – I, Ref. 21	Chefe de Setor de Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais, FG-07	Saúde
----------------------	-------	----------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------	-------

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de março de 2025.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

PORTARIA Nº 175, DE 18 DE MARÇO DE 2025

Retorna servidor às suas funções.

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Portaria de Delegação nº 7, de 8 de janeiro de 2025, RESOLVE:

Art. 1º Retornar o servidor Luciano Makiyama, matrícula nº 2163-6, que se encontrava em licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração, ao exercício de suas funções no cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Viação e Serviços Rurais, com efeitos retroativos a 17 de março de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE

PORTARIA Nº 176, DE 18 DE MARÇO DE 2025

Exonera servidor efetivo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor Luciano Makiyama, matrícula nº 2163-6, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, GOO, V - I, Ref. 5, lotado na Secretaria da de Viação e serviços Rurais, com efeitos retroativos a 17 de março de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

PORTARIA - REPUBLICAÇÃO

PORTARIA Nº 163, DE 17 DE MARÇO DE 2025

Nomeia servidores para cargo em comissão.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Nomear Arrenilce Vaz da Silva para o cargo em comissão de Assistente Técnica IV, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, a partir de 18 de março de 2025.

Art. 2º Nomear Fabiana Monsocatto para o cargo em comissão de Assistente Técnica V, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, a partir de 18 de março de 2025.

Art. 3º Nomear Isaías Rodrigues da Rosa para o cargo em comissão de Assessor I, lotado na Secretaria da Assistência Social, com efeitos retroativos a 10 de março de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

PROCESSOS LICITATÓRIOS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2025

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6697/2025.

2. OBJETO: Contratação de empresa especializada para consultoria à Secretaria das Finanças e Planejamento do Município de Ubatuba, visando aprimoramento da gestão tributária e financeira, otimização da arrecadação e suporte técnico-administrativo.

3. FUNDAMENTO LEGAL: A presente Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentada no Art. 74, inciso III, alínea C, da Lei nº 14.133/21.

4. CONTRATADO (A): VECTOR9 LTDA, inscrita no CNPJ Nº 10.450.171/0001-76, com sede Rua Mario Gonçalves Isquierdo, nº 394, Conjunto Residencial Montreal, Santa Terezinha de Itaipu, Paraná, CEP 85.875-000.

5. VALOR: R\$ 98.400,00 (noventa e oito mil e quatrocentos reais).

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 18/03/2025.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 18 de março de 2025.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatuba

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2025

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): VECTOR9 LTDA, inscrita no CNPJ Nº 10.450.171/0001-76.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6697/2025.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para consultoria à Secretaria das Finanças e Planejamento do Município de Ubatuba, visando aprimoramento da gestão tributária e financeira, otimização da arrecadação e suporte técnico-administrativo.

VALOR: R\$ 98.400,00 (noventa e oito mil e quatrocentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 18/03/2025.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Proc. Administrativo 2.488/2025 | Anexo: JORNAL_INEX_5.pdf (1/1)

Contrato nº 10/2025

Última atualização 18/03/2025

Local: Ubiratã/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE UBIRATA **Unidade executora:** 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 6697 **Categoria do processo:** Serviços

Data de divulgação no PNCP: 18/03/2025 **Data de assinatura:** 18/03/2025 **Vigência:** de 18/03/2025 a 18/03/2026

Id contrato PNCP: 76950096000110-2-000010/2025 **Fonte:** Governançabrasil Tecnologia e Gestão em Serviços

Id contratação PNCP: [76950096000110-1-000028/2025](#)

Objeto:

Contratacao de empresa especializada para consultoria a Secretaria de Financas e Planejamento do Municipio de Ubirata visando aprimoramento da gestao tributaria e financeira otimizacao da arrecadacao e suporte tecnico administrativo.

VALOR CONTRATADO

R\$ 98.400,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 10.450.171/0001-76 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: VECTOR9 LTDA

Arquivos

Histórico

Nome ↕	Data ↕	Tipo ↕
CONTRATO No 102025	18/03/2025	Contrato

Exibir: 5

1-1 de 1 itens

Página: 1

< >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

 [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

Proc. Administrativo 10- 2.488/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 19/03/2025 às 08:13:09

—
Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Proc. Administrativo 11- 2.488/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 19/03/2025 às 08:13:31

Setores (CC):

SEMAD-LICIT, SEMAD-SP

Encaminhado para o encerramento do processo.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação